

***Investimentos e Participações
em Infraestrutura S.A. -
INVEPAR e Controladas***

*Demonstrações Financeiras referente ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
Línea Amarilla S.A.C. - LAMSAC
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
PEX S.A. - PEX
PEX Peru S.A.C. - PEX Peru

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo Invepar” ou “grupo”.

As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma

uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Invepar apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$241.830 e negativo de R\$3.877.685, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R\$75.810 e capital circulante líquido negativo de R\$1.017.368 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$4.252.864. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas.

Além disso, em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial da controlada LAMSAC (nota 7). A alienação da LAMSAC se mostra como uma das soluções efetivas para reequilíbrio das finanças do grupo no curto prazo, pois mesmo tendo que usar parte dos recursos da venda para liquidar antecipadamente as debêntures de R\$2 bilhões de longo prazo, a Administração espera que o valor da venda seja suficiente para saldar os compromissos financeiros dos próximos meses. As negociações para alienação da LAMSAC estão avançando dentro do plano acordado com os acionistas da Companhia, entretanto, caso não seja possível a conclusão da venda e o recebimento dos recursos dentro de um prazo próximo, haverá a existência de uma incerteza significativa quanto a capacidade da Companhia saldar os compromissos de curto prazo e manter a continuidade de suas operações e das controladas.

Em 20 de abril de 2016, a controlada METROBARRA renegociou para 21 de maio de 2016, o vencimento das debêntures, no montante de R\$ 600.000, captadas como empréstimo ponte com vencimento em 21 de abril de 2016. Com o prazo adicional de 30 dias, a controlada espera concluir as condições precedentes necessárias para a liberação do financiamento de longo prazo que equalizará a estrutura de capital prevista para a METROBARRA. Caso a liberação do referido financiamento não ocorra no prazo esperado, a controlada e a INVEPAR seguirão renegociando o vencimento das debêntures junto aos atuais credores.

1.b) Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionista e partes relacionadas

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação “Lava Jato”, que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do Grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR e que mantém operações de contratos de construção com certas controladas da Companhia que estão detalhadas na nota 7 de partes relacionadas.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão: (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista direto OAS; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da INVEPAR ou demais controladas; e (iii) a INVEPAR divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A

Administração entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

Conforme detalhado na nota 8, a controlada em conjunto CBN divulgou em suas demonstrações financeiras a situação atual das investigações do Ministério Público Federal sobre os executivos de seus acionistas do Grupo Odebrecht e Grupo OAS. A conclusão da Administração da controlada em conjunto sobre os possíveis impactos para CBN está descrita na referida nota explicativa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 27 de abril de 2016 pela Administração da Companhia.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2015			2014		
	Ordinária	Preferencial	Total	Ordinária	Preferencial	Total
LAMSA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CLN	99,96	87,25	91,49	99,96	87,25	91,49
CART	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
METRÔRIO	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
LAMBRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
GRUPAR	80,00	-	80,00	90,00	-	90,00
PEX	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
METROBARRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
VIA 040	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
PEX Peru	99,90	-	99,90	99,90	-	99,90
Fundo Mover	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão da moeda funcional novo sol, previstos no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21).

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das demonstrações financeiras no patrimônio líquido.

2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuária e metroviária, sendo tais concessões alcançadas pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado e as diferenças são registradas no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, será reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, e mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda

adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.9. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.11. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Impostos

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% ou 0,65% ou 1,65% (**)	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% ou 3,00% ou 7,60% (**)	7,60%	4,00%
Imposto General a las Ventas	IGV	18%	-	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	5,00% (*)	-

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

(**) Alíquota 0,00% para transportes metroviários, conforme Lei 12.860/13.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Peru, é calculada à alíquota de 30% sobre o lucro tributável do exercício compreendendo o imposto corrente e o diferido. As inclusões de despesas temporariamente não dedutíveis e receitas não tributáveis, consideradas na apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiênciada Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.17. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

(i) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(i) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.18. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.21. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de caixa. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela comissão de valores mobiliários (“CVM”).

2.24. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou joint venture, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou joint venture que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou joint venture.

Após a alienação, a Companhia contabiliza qualquer participação detida na coligada ou controlada em conjunto de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou controlada em conjunto, situações em que a Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial.

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Companhia e que:

- a) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- b) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

O resultado das operações descontinuadas é excluído dos resultados das operações continuadas, sendo apresentado como um único valor na demonstração do resultado do exercício após os impostos sobre a renda.

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações à IFRS 11 – Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas – determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- IFRS 5 – Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas – introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.

- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
- IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IAS 16 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a mensuração dos intangíveis na controlada GRU.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	86	670	43.472	73.165
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	89	97.858	234.408
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	-	-	71.474	33.916
Total de caixa e equivalentes de caixa	86	759	212.804	341.489

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações varia de 96% a 102% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

				Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 101%	CDI	nov/19	25	-	117.583	276.052
Debêntures compromissadas	90% a 102%	CDI	dez/16	-	-	89.022	69.167
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99%	CDI/IPC/SELIC	ago/18	-	-	24.023	31.028
Fideicomiso(a)	2,75%	-	-	-	-	78.032	58.879
Fundo Mover(b)	100,48%	CDI/SELIC/IPC/	nov/26				
Certificados de Depósito Bancário CDB				49.120	9.005	69.789	81.544
Letras financeiras do tesouro				48.619	2.526	69.077	22.879
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				3.925	603	5.576	5.457
Debêntures				58.124	52.283	82.581	473.456
Fundo Cambial FIC(c)	135,04%	IPC/SELIC	set/18				
Letras financeiras do tesouro				-	-	12.830	38.066
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	-	60.943	13.074
Total de aplicações financeiras				159.813	64.417	609.456	1.069.602
Circulante				159.813	64.417	436.408	921.013
Não circulante				-	-	173.048	148.589

- (a) Aplicações financeiras do Fideicomiso são referentes à certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxa de 2,75% anualmente. Tais valores são destinados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação da LAMSAC.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, METROBARRA, METRÔRIO, CLN e a LAMSA. A VIA 040 participou do fundo até 5 de agosto de 2015, data em que houve o resgate do saldo aplicado.
- (c) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma físico-financeiro.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantia referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras não circulantes demonstradas acima, que somam R\$173.048 (R\$24.023 para METRÔRIO, R\$2.543 para CLN, R\$89.027 para CART e R\$57.455 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R\$2.683, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$179, (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e para os contratos de fornecimento de serviço.
- R\$4.358, referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.
- R\$9.769, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela controlada METRÔRIO junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R\$7.034, referem-se à aplicação em CDB mantida pela controlada METRÔRIO junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de setembro de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

CLN

- R\$2.543, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$89.027, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

GRU AIRPORT

- R\$57.455 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos não possuem prazo de

carência, apresentam baixo risco, servem para compor o saldo da conta reserva e cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

O grupo tem políticas de gestão de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 75% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	97.600	92.822
Armazenagem e capatazia (a)	7.992	7.130
Cessão de espaço (a)	117.824	124.883
Valores a receber de pedágio (b)	70.926	39.308
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	8.930	6.402
Valores a receber de bilhetes (d)	1.904	2.438
Outros	6.025	5.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.891)	(22.398)
Total	293.310	255.790
Ativo não circulante		
Governo Estadual (e)	10.578	10.317
Outros (f)	17.713	17.713
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.695)
Total	22.596	22.335

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor e integrações da controlada METRÔRIO.
- (e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.
- (f) São valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO no montante de R\$17.713.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	(28.093)	(17.233)
Adições	(20.523)	(13.765)
Baixa	16.832	-
Reversões	8.198	2.905
Saldo no fim do período	(23.586)	(28.093)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2015	339.492	(23.586)	253.074	20.279	8.658	1.782	5.271	1.188	1.088	48.152 *
31 de dezembro de 2014	306.218	(28.093)	221.528	14.859	1.899	15.679	1.828	1.449	675	48.301

* Parte do saldo vencido a mais de 180 dias não foi constituído a PCLD, pois referem-se basicamente às gratuidades do METRORIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$4.883 e R\$17.713, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosas é a seguinte:

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2015						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÓRIO	(8.989)	(22)	(22)	(32)	(121)	(76)	(61)	(8.655)
CART	(1.255)	(147)	(189)	(195)	(183)	(217)	(196)	(128)
PEX	(4.216)	-	-	-	-	-	-	(4.216)
GRU AIRPORT	(9.126)	(213)	(254)	(220)	(250)	(325)	(289)	(7.575)
Total	(23.586)	(382)	(465)	(447)	(554)	(618)	(546)	(20.574)

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2014						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÓRIO	(10.209)	(41)	(10)	(5)	(126)	(28)	(22)	(9.977)
CART	(625)	(79)	(108)	(108)	(107)	(105)	(79)	(39)
PEX	(1.042)	-	-	-	-	-	-	(1.042)
GRU AIRPORT	(16.217)	(125)	(150)	(1.060)	(210)	(186)	(184)	(14.302)
Total	(28.093)	(245)	(268)	(1.173)	(443)	(319)	(285)	(25.360)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social(a)	-	7.226	8.957	11.246
PIS e COFINS(b)	-	83	26.369	5.443
IRRF(c)	11.526	2.362	40.159	31.267
IGV(d)	-	-	-	-
Outros	-	-	93	297
Circulante	11.526	9.671	75.578	48.253
Imposto de renda e contribuição social	-	4.475	3.670	9.896
IGV(d)	-	-	74.450	47.990
PIS e COFINS(b)	-	-	443.221	117.683
Não circulante	-	4.475	521.341	175.569

(a) Antecipação e saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores)

(b) Os créditos de PIS e COFINS, em GRU AIRPORT, são decorrentes, principalmente, de aquisição de bens e serviços sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto. Ocorreu alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível.

Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das Contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas Contribuições. Como consequência, foi reclassificado o valor de R\$ 364.178 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

(c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

(d) IGV (Imposto General a las Ventas) - crédito fiscal do imposto geral sobre vendas (IGV Peru) decorrente de aquisições de bens e serviços aplicáveis à operação da LAMSAC.

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, LAMSA, GRU AIRPORT, LAMSAC, METROBARRA, CLN e PEX fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, exceto LAMSAC cujo prejuízos fiscais podem ser compensados em até 4 anos. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Em relação a controlada LAMSAC, os créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão fundamentados na expectativa de recuperação destes valores. Em relação aos prejuízos fiscais, a legislação local prevê duas sistemáticas para sua compensação, quais sejam: i) compensação em até 4 anos a partir do exercício que a companhia apresentar lucro, sem limite de compensação anual; ii) compensação limitada a 50% do resultado anual tributável, sem restrição ao prazo. A controlada PEX Peru não tem créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Natureza	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal	678.516	682.965
Base negativa	244.266	246.031
Excesso amortização outorgas	8.642	7.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.627	13.597
Participação nos lucros e resultado (PLR)	7.710	11.285
Provisão para riscos	7.830	5.156
Amortização de Outorga (*)	(945.061)	(902.770)
Custo de captação (*)	(20.724)	(21.807)
Outros ajustes (*)	(31.484)	(34.262)
Outros	(7.160)	23.704
	(46.838)	31.698
Impostos diferidos – Ativo	199.306	198.415
Impostos diferidos – Passivo	(246.144)	(166.717)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal, provisão de manutenção, custo de captação e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada no valor de R\$4.176, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Administração da Companhia e das controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, METROBARRA, CLN, PEX, LAMSA, GRU AIRPORT e LAMSAC consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

As holdings INVEPAR e GRUPAR não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a administração entende que as projeções de resultado tributável, dessas companhias, não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$149.120 e R\$2.491, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA 040, METROBARRA e PEX não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$700.166 (de julho de 2014 a dezembro de 2015), R\$72.902 (em 2015), R\$18.984 (em 2015), R\$13.024 (de outubro a dezembro de 2015) e R\$1.317 (em 2014 e 2015) respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado
	31/12/2015
2016	31.802
2017	54.158
2018	57.810
2019	56.967
2020 a 2022	319.128
2023 a 2025	467.819
Total dos ativos fiscais diferidos	987.684
Total dos passivos fiscais diferidos	(1.034.521)
Total dos impostos diferidos	(46.837)

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	-	-	31.764	17.034
PIS e COFINS	2.193	-	9.988	4.101
ISS	6	181	13.633	9.115
IRRF e CSRF	4.470	1.091	13.276	9.025
INSS sobre terceiros	3	3	3.301	3.961
Outros	42	-	549	397
Circulante	6.714	1.275	72.511	43.633
Imposto de renda e contribuição social	-	-	23.943	3.816
PIS e COFINS	-	-	680	591
Não circulante	-	-	24.623	4.407

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(956.183)	(262.855)	(1.499.838)	(345.600)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	325.102	89.371	509.945	117.504
Adições permanentes	(47.970)	(2.037)	(66.701)	(10.678)
Exclusões permanentes	-	-	4	1.638
Equivalência Patrimonial	(229.769)	(40.889)	(4.673)	(2.885)
Diferença de alíquota do IR entre Brasil e Peru (34% x 30%)	-	-	6.401	1.518
IR/CS diferidos não constituídos	(47.363)	(46.445)	(652.855)	(252.763)
Outros	-	-	(7.834)	14.242
Total dos impostos no resultado	-	-	(215.713)	(131.424)

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia avaliou os impactos da Lei 12.973/14 sobre suas operações e definiu a adoção, através da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (“DCTF”) referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70, não houve adoção em 2014 para a Invepar e suas controladas; (ii) quanto as regras dos art. 76 a 92 apenas a LAMBRA adotou em 2014.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora							
31/12/2015							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado dez/15
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.198	-	13	-	-
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	2.071	-	6	-	-
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	13.549	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	2.438	-	16	-	-
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	3.987	-	-	-	-
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	855	-	-	-
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	30.293	-	-	2.793
METROBARRA	Mútuo	Controlada	-	183.998	-	-	998
METROBARRA	Nota de Débito(*)	Controlada	13.747	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	-	15.726	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	5.519	-	68	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	11.382	-	-	-	-
METRÓRIO	Juros sobre capital próprio	Controlada	39.001	-	-	-	-
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	7.283	-	-	-	-
Total			100.206	257.658	103	22.842	3.791

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Controladora							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado dez/14
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	836	-	46	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	23.958	-	-	-	-
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	65	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	1.065	-	48	-	-
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	4.328	-	-	-	-
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	1.244	-	-	-
CLN	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	805
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	-	491	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	8.823	6.463	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	4.632	-	72	-	-
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	2.525	-	-	-	-
Total			46.380	34.984	166	22.842	805

(*) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Consolidado							
31/12/2015							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado dez/15
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
CONSTRUTORA OAS S.A.(*)	Serviços de construção	Acionista	-	-	319.628	-	(1.482.773)
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
ODEBRECHT	Dividendos	-	-	-	-	80	-
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	1.838	-	-
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	126	-	-
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	931	-	-
PEX x CBN	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-
INVEPAR X CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	30.293	-	-	2.792
Total			117	30.293	322.523	24.153	(1.479.981)

Consolidado							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado dez/14
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	
CONSTRUTORA OAS S.A.(*)	Serviços de construção	Acionista	47.101	6.283	-	-	(1.227.596)
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	22.842	-	-
ACSA	Dividendos	-	-	-	1.231	-	-
ODEBRECHT	Dividendos	-	-	-	46	-	-
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	3.274	-	-	-
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	556	-	-	-
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	823	-	-	-
Total			47.101	10.936	24.119	-	(1.227.596)

(*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. Os montantes apresentados no resultado (custo) representam os custos das obras das controladas GRU AIRPORT no montante de R\$103.126, e VIA 040 de R\$317.364 (GRU AIRPORT no montante de R\$580.433, VIA 040 de R\$ 298.346 e CART de R\$348.817 em 31 de dezembro de 2014), executadas pela Construtora OAS. S.A.

No período findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas pagaram à OAS o montante de R\$423.556 (GRU AIRPORT no montante de R\$70.035 e VIA 040 de R\$317.364) pela prestação de serviços de construção. Em 31 de dezembro de 2014, o pagamento foi de R\$1.565.104 (GRU AIRPORT no montante de R\$550.791, CART no montante de R\$348.817, VIA 040 no montante de R\$396.045 e LAMSAC no montante de R\$269.450).

Em 16 de setembro de 2015, a VIA 040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o Contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do Contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Concessionária, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Concessionária e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a VIA 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela VIA 040, que emitiram opinião sobre o risco de perda dos valores e o mérito jurídico de ambos. Considerando o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Concessionária reconheceu em setembro de 2015 R\$ 35.431 a título de fornecedores a pagar, em seu passivo não circulante, sendo esta a melhor estimativa da sua administração, sobre o provável valor devido pela Concessionária à Construtora OAS. A Concessionária não reconheceu em suas demonstrações contábeis os pleitos que ela impetrou contra a Construtora OAS, também conforme rege o CPC 25.

Em abril de 2015 METRÔRIO e METROBARRA firmaram contrato de locação dos trens da linha 4 para utilização nas linhas 1 e 2. A remuneração pela utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos trens pela engenharia do METROBARRA, conforme cronograma. O contrato permanecerá em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4, previsto para 31 de março de 2016.

Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada CRA no valor de R\$27.500, o qual está sendo atualizado a taxa de 130% do CDI. O prazo de pagamento da operação, com renovação automática e mensal até 15 de janeiro de 2029. Em outubro de 2015, a Invepar emitiu debêntures no montante de R\$ 2 bilhões, com vencimento em outubro de 2024. Deste montante, 1 bilhão é referente aos acionistas da Companhia: PETROS, FUNCEF e PREVI.

Em 18 de dezembro de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a controlada METROBARRA no valor de R\$183.000 que deverá ser pago em parcela única com vencimento em 31 dias a contar da liberação dos recursos, sendo renováveis automaticamente até a liquidação da 4ª emissão das debêntures. Sobre o montante do principal incidirão juros equivalentes a 100% da CDI acrescidos de sobretaxa de 3,50% a.a.

Operação de prestação de garantias por LAMBRA e aquisição de recebíveis

Para realização das obras e serviços de engenharia para a construção da via expressa “Línea Amarilla”, a Línea Amarilla SAC (LAMSAC), companhia controlada pela Invepar localizada em Lima – Peru contratou a Construtora OAS S.A. – sucursal Perú (OAS Perú), através de contrato EPC– Engineering, Procurement and Construction (na modalidade turn key lump sum), denominado “Contrato EPC”, cujo objeto se refere à execução de obras e serviços de engenharia para a construção da via expressa “Via Parque Rímac”, atualmente denominada “Línea Amarilla”, objeto de concessão da LAMSAC, localizada na região metropolitana da Cidade de Lima, Peru) o qual tem o preço global de S/. 1,125,569 mil mais IGV - Imposto General a las Ventas. Dessa forma, as obras são executadas pela OAS Perú

por um preço global e somente poderá ser revisto mediante eventos específicos previstos no contrato.

A OAS Perú solicitou à LAMSAC o ressarcimento de custos adicionais das obras. Os custos adicionais incluíam pleitos referentes a “atrasos na liberação de áreas para obra (desapropriações)”, “riscos geológicos” e “mudança de norma técnica de engenharia”, os quais foram reconhecidos e aprovados pela Municipalidade de Lima (poder concedente da LAMSAC).

Em decorrência das vedações estabelecidas nos contratos de financiamentos da LAMSAC, as quais requerem aprovação prévia dos credores para alterações no contrato de construção EPC, foram estruturadas operações financeiras com o intuito de viabilizar a continuidade das obras dentro do prazo contratual.

As operações financeiras realizadas ao longo de 2015 envolveram as seguintes garantias:

i) Constituição de Aval corporativo e Cash colateral (depósito em garantia)

A partir de maio de 2015 a controlada LAMBRA (controladora direta da LAMSAC) prestou garantias para empréstimos contratados pela Construtora OAS S.A. - sucursal Perú (OAS Perú) junto ao Banco de Crédito del Perú (BCP), através de fiança corporativa e constituição de cash colateral (depósito em garantia) nos montantes de USD20,000 mil e USD40,000 mil, respectivamente.

Em 26 de junho, a negociação com o BCP que inicialmente previa a existência de uma fiança direta de LAMBRA com relação ao financiamento a ser tomado pela OAS Perú no montante de aproximadamente US\$ 20,000 mil foi modificada de forma a comportar apenas a constituição de cash colateral. Com isso, foi realizado novo cash colateral de USD 5,000 mil por meio de aporte de capital social.

Em julho de 2015 LAMBRA trocou a fiança corporativa no valor de USD 20,000 mil pela constituição de cash colateral. A viabilização dos recursos para a garantia se deu através de empréstimos contratados junto ao BCP Perú no montante total de USD 19,900 mil, sendo USD 15,000 mil em julho de 2015 e USD 4,900 mil em agosto de 2015.

Em agosto e setembro foram realizados novos cash colaterais através de aporte de capital no montante de USD 20,450 mil sendo USD 10,517 mil e USD 9.933 mil, respectivamente, para continuidade da parte crítica da obra.

Em 04 de dezembro de 2015 LAMBRA liquidou os empréstimos junto ao BCP com recursos oriundos de aportes de capital social da Invepar montante de USD 19,900 mil. Nessa data, o volume total de cash colateral dado em garantia aos empréstimos da OAS Perú perfazem um montante de USD 86,115 mil.

ii) Aquisição de recebíveis

Em outubro de 2015 a LAMBRA adquiriu da OAS Perú direitos de créditos frente a LAMSAC com relação a valores devidos no âmbito do Contrato EPC referentes a custos adicionais de “riscos geológicos”, no valor de S/. 48,784 mil, na data de assinatura do Sexto Aditivo ao Contrato de EPC, a LAMBRA adquiriu determinados direitos de crédito referentes aos recebíveis de OAS Perú nos termos do Sexto Aditivo ao Contrato EPC, que contemplavam os conceitos de “atrasos na liberação de áreas para obra (desapropriações)” e “mudança de norma técnica de engenharia” no valor de S/. 480,924 mil, incluindo a parcela

de serviços a serem prestados até o término do contrato.

A aquisição dos recebíveis junto à OAS Perú foi realizada através das seguintes operações:

i) O saldo de cash colateral acrescidos de juros da LAMBRA no montante de USD 86,115 mil, equivalentes a S./ 290.121 mil (PTAX de 3,369 de 03 de dezembro de 2015 segundo Banco Central de Reserva del Perú) e a R\$ 333.785 mil (PTAX de 1,1505 de 31 de dezembro de 2015, segundo BACEN Brasil), foi utilizado para a aquisição de recebíveis da OAS Perú junto à LAMSAC.

ii) Aporte de capital social em LAMBRA no montante de S./ 134.126 mil, equivalentes a R\$ 152.952 mil (taxa média de 1,1404 de acordo com condições de mercado).

Em 31 de dezembro de 2015, o montante decorrente da aquisição dos recebíveis pela LAMBRA é de S./ 424.247 mil, equivalentes a R\$ 488.097, (PTAX de 1,1505 de 31 de dezembro de 2015 segundo BACEN Brasil).

Todas as movimentações financeiras no âmbito do Sexto Aditivo ao Contrato EPC foram realizadas por meio da conta fideicomisso da OAS/BCP (escrow account do projeto). Além disto, a validação dos custos relativos às obras e serviços de engenharia que constituem o objeto dos recebíveis, foi realizada por empresas técnicas de engenharia independentes com apoio técnico da área de Engenharia da Invepar.

Celebração do Sexto Aditivo ao Contrato EPC

O Sexto Aditivo ao Contrato de EPC tem como objeto a alteração do valor global contrato, bem como a definição de novos prazos de execução das Obras, os quais contemplam os seguintes itens que tem impactos financeiros no Contrato:

- a) Atraso em liberação de áreas;
- b) Riscos Geológicos;
- c) Custos de Interferências;
- d) Ampliação de prazo para conclusão das obras;
- e) Alterações de prazos e renovação de garantias.

O Sexto Aditivo ao Contrato EPC foi assinado em 26 de novembro de 2015 e somente se tornará eficaz após a aprovação formal da operação pelos credores da LAMSAC, salvo pelas suas cláusulas de vigência e de renovação da garantia contratual.

Para validação dos custos relativos às obras e serviços de engenharia que constituem o objeto do Sexto Aditivo, foram contratadas empresas técnicas de engenharia independentes, bem como foram realizadas análises das áreas de Engenharia da Invepar e LAMSAC.

Serviço de Construção CART

No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000.000,00 (um bilhão e trezentos e

cinquenta milhão de reais), nas condições estabelecidas no referido Plano.

A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar (“SPA”), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla quitação em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos antes da ou na Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas.

As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado.

Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões de reais) e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART.

Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual.

Os fatos resumidos acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de construção com a OAS.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015			31/12/2015		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.566	1.718	4.284	18.638	3.402	22.040
Participação nos resultados / Bônus variáveis	14.828	-	14.828	22.550	-	22.550
Encargos	4.242	343	4.585	9.422	629	10.051
Outros benefícios	4.586	-	4.586	8.418	-	8.418
Total	26.222	2.061	28.283	59.028	4.031	63.059

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.546	1.913	4.459	13.947	3.461	17.408
Participação nos resultados / Bônus variáveis	2.166	-	2.166	8.045	-	8.045
Encargos	942	382	1.324	3.559	537	4.096
Outros benefícios	402	-	402	2.033	-	2.033
Total	6.056	2.295	8.351	27.584	3.998	31.582

Em 11 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária a retificação do montante máximo de remuneração global anual dos administradores da Invepar Holding de até R\$28.283.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos							Investimentos
Controladas											
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	74.464	-	-	107.205	-	-	(81.937)	99.732
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	53.809	-	-	6.863	-	-	(516)	60.156
CART	100,00	991.431.181	991.431.181	466.065	239.000	(201)	(223.247)	-	-	-	481.617
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.342.977	-	-	84.731	-	-	(45.884)	1.381.824
LAMBRA	100,00	820.939.074	-	1.369.134	611.312	(28.320)	74.861	456.310	-	(440)	2.482.857
METROBARRA	100,00	106.094.133	-	55.862	41.800	-	(44.079)	-	-	-	53.583
PEX Peru	99,90	4.995	-	4	-	-	-	-	-	-	4
VIA 040	100,00	395.000.000	-	293.496	82.500	-	(55.057)	-	-	-	320.939
				3.655.811	974.612	(28.521)	(48.723)	456.310	-	(128.777)	4.880.712
Controladas em conjunto											
VIARIO	33,34	100.488.389	-	16.129	59.245	-	(2.991)	-	-	-	72.383
CBN	50,00	155.768.685	-	76.857	33.000	-	(3.800)	-	-	-	106.057
CRA	50,00	70.719.454	-	31.732	20.000	-	(8.774)	-	-	-	42.958
				124.718	112.245	-	(15.565)	-	-	-	221.398
Coligada											
VLT	24,87	172.157.464	-	(9.104)	26.398	-	2.024	-	-	-	19.318
CRT	24,92	17.994	3.550	69.158	-	(4.346)	7.649	-	-	(6.253)	66.208
				60.054	26.398	(4.346)	9.673	-	-	(6.253)	85.526
TOTAL											
				3.840.583	1.113.255	(32.867)	(54.615)	456.310	-	(135.030)	5.187.636
Saldo Passivo do Investimento											
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos							Investimentos
Controlada											
PEX	100,00	8.090.101	-	(1.844)	2.610	-	(4.034)	-	-	-	(3.268)
GRUPAR	80,00	45.937.243.158	-	418.152	96.011	-	(617.142)	-	(9.689)	-	(112.668)
				416.308	98.621	-	(621.176)	-	(9.689)	-	(115.936)
											Saldo em 31/12/2015
											53.564
** Adiantamento para futuro investimento											

** Adiantamento para futuro investimento

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METRÔBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 31 de dezembro de 2015, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.683, R\$25.714 e R\$1.046.548 respectivamente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controladas										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	102.819	-	-	79.303	-	(107.658)	74.464
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	52.518	-	-	1.782	-	(491)	53.809
CART	100,00	513.484.978	513.484.978	516.474	30.000	(201)	(80.208)	-	-	466.065
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.281.755	-	-	61.222	-	-	1.342.977
LAMBRA	100,00	355.421.521	-	1.198.544	85.201	(25.023)	35.677	83.196	(8.461)	1.369.134
GRUPAR	90,00	16.849.896.819	-	600.152	-	-	(182.000)	-	-	418.152
METROBARRA	100,00	60.000.000	-	4.796	54.000	-	(2.934)	-	-	55.862
PEX Peru	99,99	4.995	-	-	4	-	-	-	-	4
VIA 040	100,00	395.000.000	-	-	315.000	-	(21.504)	-	-	293.496
				3.757.058	484.205	(25.224)	(108.662)	83.196	(116.610)	4.073.963
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	22.594.518	-	19.807	-	-	(3.678)	-	-	16.129
CBN	50,00	78.500.000	-	43.755	33.000	-	102	-	-	76.857
CRA	50,00	43.378.000	-	33.881	-	-	(2.149)	-	-	31.732
				97.443	33.000	-	(5.725)	-	-	124.718 *
Coligada										
CRT	24,92	17.992	3.546	67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158
				67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158 *
TOTAL				3.921.677	517.205	(29.570)	(102.137)	83.196	(122.532)	4.267.839
Saldo Passivo do Investimento										
	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Coligada										
VLT	24,87	15.526.950	-	5.907	-	-	(15.011)	-	-	(9.104)
Controlada										
PEX	100,00	1.350.000	-	1.270	-	-	(3.114)	-	-	(1.844)
										Saldo em 2014
										53.564
** Adiantamento para futuro investimento										

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado, além do montante de R\$146 da controlada LAMSA referente a obras de arte.

(**) Montante pago pelo METRÔBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 31 de dezembro de 2014, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.884, R\$30.060 e R\$830.926 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos sobre resultado	Resultado do exercício	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	272.228	42.876	(77.855)	(42.534)	-	(6.805)	-	(27.550)	(51.433)	108.927	100
	CLN	44.975	1.299	(29.762)	(1.286)	-	(5.026)	-	(1.760)	(1.110)	7.330	91,49
	CART	270.630	156.827	(145.280)	(155.274)	(18.065)	(91.621)	-	(243.446)	2.982	(223.247)	100
	CBN	106.768	123.904	(47.561)	(122.656)	(1.387)	(35.541)	-	(30.803)	(324)	(7.600)	50
	CRT	178.545	30.944	(80.475)	(30.944)	-	(29.919)	-	(20.299)	(17.145)	30.707	24,92
	CRA	41.616	3.248	(23.527)	(3.215)	-	(9.503)	-	(24.063)	(2.104)	(17.548)	50
	LAMBRA	-	-	(109)	-	-	-	101.617	11.113	(37.760)	74.861	100
	LAMSAC	281.666	1.062.283	(124.218)	(1.062.283)	540	(10.804)	-	12.844	(58.411)	101.617	100 *
	VIARIO	-	1.240.739	(12.417)	(1.240.739)	-	(268)	-	(749)	4.462	(8.972)	33,34
	PEX	7.737	-	(6.950)	-	-	(738)	-	(645)	(22)	(618)	100
	VIA 040	134.631	536.386	(162.156)	(531.076)	(320)	(12.510)	-	(18.266)	(1.746)	(55.057)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	777.223	95.749	(462.298)	(95.749)	-	(115.770)	-	(93.697)	(20.727)	84.731	100
	METROBARRA	15.751	-	(5.328)	-	-	(8.215)	-	(49.238)	2.951	(44.079)	100
	VLT	51.536	267.006	(44.501)	(267.006)	-	(10)	-	(41.683)	11.746	(22.912)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(232)	-	-	-	(699.932)	106	-	(700.058)	80
	GRU AIRPORT	1.624.757	324.309	(740.824)	(315.200)	-	(689.872)	-	(1.525.150)	(50.436)	(1.372.416)	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015 - continuação

Balço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	54.042	522.171	72.946	385.283	117.984	100 **
	CLN	6.903	119.488	15.748	44.019	66.624	91,49 **
	CART	87.719	2.330.728	951.462	990.051	476.934	100
	CBN	33.475	757.038	37.945	540.451	212.117	50
	CRT	36.733	228.012	38.371	63.884	162.490	24,92
	CRA	24.402	268.151	69.663	136.977	85.913	50
	LAMBRA	417.523	1.075.734	13.701	43.242	1.436.314	100
	LAMSAC	110.867	3.032.421	719.248	1.422.223	1.001.817	100 *
	VIARIO	60.055	703.899	546.846	-	217.108	33,34
	PEX	10.474	2.784	16.428	98	(3.268)	100 ***
	VIA 040	49.687	1.168.158	874.561	22.345	320.939	100
Mobilidade Urbana	METRÓRIO	368.270	2.456.755	725.021	718.181	1.381.823	100
	METROBARRA	34.834	908.489	705.741	183.998	53.584	100
	VLT	294.680	1.056.842	631.447	642.460	77.615	24,87
Aeroportos	GRUPAR	405	21	337	128.852	(128.763)	80 ***
	GRU AIRPORT	325.521	16.198.860	1.490.944	15.261.958	(228.521)	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Os Patrimônios Líquidos da LAMSA e CLN são respectivamente de R\$117.984 e R\$66.624 e os valores utilizados para consolidação são de R\$99.732 e R\$60.156, respectivamente, ajustados pelo lucro não realizado decorrentes das transações entre partes relacionadas: debênture LAMSA e METRÓRIO e mútuo entre CLN e INVEPAR.

(***) Patrimônio líquido negativo.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015 - continuação

		(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)				(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
Empresas		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
Rodovias	LAMSA	7.626	41.329	1.645	-	-	-	2.164	342	48.094	100
	CLN	407	43	1.547	-	-	-	34	13	1.950	91,49
	CART	4.953	970	156.827	-	-	-	14.640	1.553	146.557	100
	CBN	190	43	121.585	-	3.090	-	-	1.248	117.480	50
	CRT	1.579	215	34.121	-	2.439	-	-	-	33.476	24,92
	CRA	-	86	4.121	-	-	-	-	33	4.174	50
	LAMBRA	-	-	73.917	-	-	-	-	-	73.917	100 *
	LAMSAC	11.890	7.043	1.492.320	-	134.166	430.924	322.538	-	623.625	100 *
	VIARIO	169	60	368.752	-	-	-	-	-	368.981	33,34
	PEX	218	226	-	-	-	-	54	-	390	100
	VIA 040	12.208	1.351	598.598	-	58.492	-	51.585	5.310	496.770	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	19.897	4.122	101.680	-	1.722	-	28.187	-	95.790	100
	METROBARRA	563.097	26	-	-	31.300	-	68.279	-	463.544	100
	VLT	3.944	-	302.596	-	7.951	-	-	-	298.589	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	4.656	11.494	286.446	625.201	636.633	-	7.385	9.109	274.670	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015 - continuação

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro					Participação da Invepar %
		Juros ativos / passivos	Variações cambiais	Variação monetária e Ajuste a Valor Presente (AVP)	Outros	(=) Resultado financeiro	
Rodovias	LAMSA	1.423	(3.170)	209	(26.012)	(27.550)	100
	CLN	(1.791)	-	75	(44)	(1.760)	91,49
	CART	(61.036)	-	(124.101)	(58.309)	(243.446)	100
	CBN	(23.737)	-	-	(7.066)	(30.803)	50
	CRT	512	-	(3.014)	(17.797)	(20.299)	24,92
	CRA	(16.545)	-	-	(7.518)	(24.063)	50
	LAMBRA	(510)	14.322	-	(2.698)	11.113	100
	LAMSAC	3.022	13.999	(539)	(3.637)	12.844	100 *
	VIARIO	9.003	-	-	(9.752)	(749)	33,34
	PEX	251	-	-	(896)	(645)	100
	VIA 040	(2.383)	56	468	(16.407)	(18.266)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	(7.222)	(2.564)	(15.274)	(68.637)	(93.697)	100
	METROBARRA	(1.214)	97	1.040	(49.161)	(49.238)	100
	VLT	1.052	(702)	(135)	(41.898)	(41.683)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	105	-	2	(1)	106	80
	GRU AIRPORT	(167.425)	(1.212)	-	(1.356.513)	(1.525.150)	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015 - continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	43.928	380.261	9.533	414.656	100
	CLN	6.179	38.793	7.498	37.474	91,49
	CART	910.295	871.823	151.947	1.630.171	100
	CBN	20.054	531.550	41.711	509.893	50
	CRT	27.724	45.315	24.584	48.455	24,92
	CRA	7.184	136.977	22.180	121.981	50
	LAMBRA	-	-	3.341	(3.341)	100
	LAMSAC	141.983	1.388.054	99.086	1.430.951	100 *
	VIARIO	537.081	-	54.848	482.233	33,34
	PEX	-	-	3.159	(3.159)	100
	VIA 040	771.062	9.721	11.792	768.991	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	549.774	655.370	266.841	938.303	100
	METROBARRA	598.783	-	6.243	592.540	100
	VLT	-	641.548	67.687	573.861	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	376	(376)	80
	GRU AIRPORT	24.755	3.353.845	102.545	3.276.055	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos sobre resultado	Resultado do exercício	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	260.156	1.212	(72.355)	(1.203)	-	(21.802)		(21.743)	(48.432)	95.833	100
	CLN	42.462	22.166	(30.297)	(21.947)	-	(5.567)		(3.114)	(876)	2.827	91,49
	CART	248.700	409.440	(112.140)	(405.386)	(16.294)	(82.599)		(162.159)	40.230	(80.208)	100
	CBN	100.474	118.415	(46.505)	(117.231)	-	(24.642)		(26.457)	(3.850)	204	50
	CRT	184.841	28.409	(66.619)	(28.409)	-	(23.194)		(21.354)	(24.477)	49.197	24,92
	CRA	44.073	21.851	(23.748)	(21.635)	-	(8.929)		(17.931)	2.021	(4.298)	50
	LAMBRA	-	-	(84)	-	-	-	41.594	(190)	(4.171)	37.150	100
	LAMSAC	196.270	253.665	(91.445)	(253.665)	(11.706)	(8.673)		(46.495)	3.643	41.594	100 *
	VIARIO	-	598.579	(10.048)	(598.579)	-	(265)		(6.077)	5.358	(11.032)	33,34
	PEX	6.969	-	(10.577)	-	-	(887)		(798)	700	(4.593)	100
	VIA 040	-	512.431	(53.269)	(507.357)	-	(1.224)		16.890	11.025	(21.504)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	702.204	117.981	(424.171)	(117.981)	-	(103.918)		(77.375)	(35.518)	61.222	100
	METROBARRA	-	-	(3.369)	-	-	-		(1.039)	1.474	(2.934)	100
	VLT	9.698	24.431	(31.877)	(24.431)	-	(8)		(26.245)	16.253	(32.179)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(197)	-	-	-	(202.113)	88	-	(202.222)	90
	GRU AIRPORT	1.576.274	1.381.189	(715.344)	(1.342.394)	-	(585.499)		(611.027)	(99.500)	(396.301)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

Balanço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	44.227	491.315	72.223	372.325	90.994	100
	CLN	7.512	122.652	19.455	51.022	59.687	91,49
	CART	45.651	2.253.611	127.280	1.710.803	461.179	100
	CBN	51.148	673.181	21.327	549.284	153.718	50
	CRT	45.620	217.815	37.837	69.251	156.347	24,91
	CRA	17.038	275.559	105.606	123.530	63.461	50
	LAMBRA	475	557.221	9.375	10.110	538.210	100
	LAMSAC	101.623	1.513.258	37.063	1.020.598	557.221	100 *
	VIARIO	86.996	332.369	370.985	-	48.380	33,34
	PEX	13.655	3.599	20.542	34	(3.322)	100 **
	VIA 040	286.359	572.711	44.969	520.605	293.496	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	205.629	2.472.491	175.950	1.159.194	1.342.976	100
	METROBARRA	420.772	408.765	773.674	-	55.863	100
	VLT	251.521	480.957	744.935	17.278	(29.735)	24,87 **
Aeroportos	GRUPAR	535	476.797	410	12.306	464.616	90
	GRU AIRPORT	485.542	15.999.155	1.423.997	14.125.804	934.896	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Patrimônio líquido negativo.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

		(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)					(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
Empresas		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Provisão Hedge	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
Rodovias	LAMSA	4.631	12.687	1.921	-	-	-	-	182	9	19.048	100
	CLN	634	221	3.875	-	805	-	-	1.611	219	2.095	0,00
	CART	6.230	967	419.999	-	-	-	-	488	4.054	422.654	100
	CBN	442	95	127.517	-	6.883	-	-	-	1.184	119.987	50
	CRT	1.550	27	29.552	-	1.913	-	-	-	-	29.216	24,91
	CRA	-	304	21.045	-	3.652	-	-	-	216	17.481	50
	LAMSAC	2.411	9.493	383.537	-	44.203	71.240	-	29.550	-	250.448	100 *
	VIARIO	162	77	197.837	-	16.064	-	-	-	-	182.012	33,34
	PEX	596	407	-	-	-	-	-	9	-	994	100
	VIA 040	8.617	2.913	551.381	-	1.966	-	-	22.548	5.074	533.323	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	43.826	2.723	128.924	-	10.943	-	-	16.686	-	147.844	100
	METROBARRA	286.704	-	-	-	29.180	-	2.381	88.958	-	166.185	100
	VLT	1.819	-	189.815	-	-	-	-	-	-	191.634	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	10.187	25.813	1.213.173	561.499	628.189	-	-	14.700	38.795	1.128.988	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 – continuação

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro					Participação da Invepar %
		Juros ativos / passivos	Variações cambiais	Variação monetária e Ajuste a Valor Presente (AVP)	Outros	(=) Resultado financeiro	
Rodovias	LAMSA	1.608	(12)	179	(23.518)	(21.743)	100
	CLN	(2.892)	-	134	(356)	(3.114)	91,49
	CART	(42.143)	-	(67.009)	(53.007)	(162.159)	100
	CBN	(25.115)	-	-	(1.342)	(26.457)	50
	CRT	(525)	-	(368)	(20.461)	(21.354)	24,91
	CRA	(16.202)	-	-	(1.729)	(17.931)	50
	LAMBRA	157	-	-	(346)	(190)	100
	LAMSAC	(37.954)	(7.356)	(1.077)	(108)	(46.495)	100 *
	VIARIO	16.851	-	-	(22.928)	(6.077)	33,34
	PEX	120	-	-	(918)	(798)	100
	VIA 040	17.041	-	-	(151)	16.890	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	(30.153)	13.327	(25.949)	(34.600)	(77.375)	100
	METROBARRA	(16)	177	-	(1.200)	(1.039)	100
	VLT	8.156	(6.523)	-	(27.878)	(26.245)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	70	-	19	(1)	88	90
	GRU AIRPORT	(97.238)	(113)	4.883	(518.559)	(611.027)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2014 - continuação

Dívida Líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	22.064	367.923	11.217	378.770	100
	CLN	8.753	44.862	7.633	45.982	91,49
	CART	106.867	1.609.842	91.172	1.625.537	100
	CBN	14.738	542.612	66.612	490.738	50
	CRT	21.096	62.246	28.466	54.876	24,91
	CRA	101.796	123.530	14.645	210.681	50
	LAMBRA	-	-	446	(446)	100
	LAMSAC	-	1.007.722	89.942	917.780	100 *
	VIARIO	367.663	-	86.760	280.903	33,34
	PEX	-	-	3.359	(3.359)	
	VIA 040	1.290	520.605	277.839	244.056	100
Mobilidade Urbana					-	
	METRÔRIO	66.152	1.102.470	185.722	982.900	100
	METROBARRA	677.759	-	400.217	277.542	100
	VLT	333.798	-	107.431	226.367	24,87
Aeroportos					-	
	GRUPAR	-	-	513	(513)	90
	GRU AIRPORT	52.000	3.063.720	277.855	2.837.865	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$356.751 (capital circulante líquido positivo de R\$29.679 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e empréstimos, respectivamente, no curto prazo junto aos bancos HSBC e CITIBANK nos montantes de R\$265.333 e R\$147.893, para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações, vencíveis em 11 de março de 2016. A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 25 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$45.000, mediante a emissão de 57.293.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 8 de maio de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$37.000, mediante a emissão de 52.035.826 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 29 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$75.000, mediante a emissão de 106.855.950 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 02 de dezembro de 2015, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 133.000 (R\$51.000 a integralizar), mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$863.743 (R\$81.629 em 31 de dezembro de 2014), causado principalmente pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o índice financeiro é de 19,72%, por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, a Companhia, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2015.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), controlada em conjunto da INVEPAR, de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 25 anos.

Em 12 de agosto de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CBN no valor de R\$11.000. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CBN no valor de R\$9.500. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 2 de dezembro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CBN no valor de R\$12.500. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$4.470 (R\$29.821 positivo em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 50% junto à Controlada. A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

A controlada em conjunto CBN, auditada pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes (PWC), divulgou em suas demonstrações financeiras o fato de estar em andamento investigações do Ministério Público Federal no âmbito da chamada Operação Lava Jato, envolvendo os executivos do Grupo Odebrecht, acionista controlador em conjunto da CBN e executivos do Grupo OAS, acionista do bloco de controle da INVEPAR. Apesar da controlada em conjunto não ter sido objeto de nenhuma ação por parte das autoridades, a Administração da controlada em conjunto concluiu que não há como prever se a mesma não será afetada no futuro pelos desdobramentos das referidas investigações. A Administração da INVEPAR avaliou os fatos ocorridos e divulgados pela controlada em conjunto CBN e concluiu que não há qualquer indício que a INVEPAR venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$1.638 (R\$7.783 positivo em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 24,9% junto à coligada.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo

como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

Em 8 de junho de 2015, foi celebrado mútuo com a Invepar no montante de R\$27.500 atualizado pela variação do CDI + 30% a.a. Tal operação possui prazo de pagamento, com renovação automática e mensal, por até 5 meses contados a partir da data do vencimento inicial, 10 de julho de 2015.

Em 9 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CRA no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 27.341.454 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a CRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$45.261 (R\$88.568 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC e BNDES para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 50% junto à Controlada em conjunto. A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - “GRU AIRPORT” da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - “GRUPAR”, possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação em GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015.

Em 24 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada GRUPAR no valor de R\$106.679, mediante a emissão de 5.183.722.664 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.165.355 (R\$938.330 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referente ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos

acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da V.P.R. Brasil Participações S.A, com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual (“Aditivo”) firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 5 de junho de 2013, ocorreu o aumento de capital no valor de R\$87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 20 de maio de 2014, ocorreu um aumento de capital no valor de R\$54.000, mediante a emissão de 40.911.778 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 06 de outubro de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$31.201, mediante a emissão de 22.240.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 3 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$52.000, mediante a emissão de 37.382.126 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$123.000, mediante a emissão de 90.806.088 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 25 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 7.492.212 ações ordinárias, todas nominativas e sem

valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 13, 25 e 31 de agosto de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada Lambra nos valores de R\$36.000, R\$17.000 e R\$1.878, mediante a emissão de 26.971.962, 12.736.760 e 1.213.738 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 11 e 17 de setembro de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$38.484 e R\$18.000, mediante a emissão de 28.833.339 e 13.485.981 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 26 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$60.500 mediante a emissão de 45.521.182 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 26 de novembro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$59.430 mediante a emissão de 44.526.214 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 02, 14 e 18 de dezembro de 2015, ocorreram aumentos de capital na controlada Lambra nos valores de R\$91.520, R\$38.000 e R\$65.500, mediante a emissão de 68.568.722, 28.470.405 e 49.073.987 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIARIO no valor de R\$39.008. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 19 de agosto de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIARIO no valor de R\$11.002. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 27 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIARIO no valor de R\$9.235. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e

integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a VIARIO apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$486.791 (R\$283.989 em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 33,34% junto à Controlada. A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

j) PEX

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

Em 18 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada PEX no valor de R\$2.610, mediante a emissão de 6.740.101 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$5.954 (R\$8.422 em 31 de dezembro de 2014).

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. - BRT (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 25 de setembro de 2014 foi alterada a composição acionária através da compra de parte das ações da BRT, passando a ser INVEPAR (24,8750%), Actua Assessoria S.A.,

controlada da CCR (24,8750%), Odebrecht TransPort S.A. (24,8750%), RIOPAR Participações S.A. (24,8750%), Benito Roggio Transporte S.A. (0,25%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%).

Em 1 de outubro de 2015, ocorreu aumento de capital na coligada VLT no valor de R\$15.315. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 4 de novembro de 2015, ocorreu aumento de capital na coligada VLT no valor de R\$2.266. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2015, o VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$336.767 (R\$493.414 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures de curto prazo. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 24,87% junto à Controlada.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2015, a LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$18.904 (R\$4.038 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e financiamento, respectivamente, no curto prazo junto ao banco Itaú nos montantes de R\$ 32.227 e R\$ 11.701, para execução de seus investimentos, sendo o principal revitalização de obras de artes especiais da via.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de março de 2015, foi proposto em ATA da RCA e aprovado pela administração, que os dividendos obrigatórios e os dividendos adicionais declarados pela Assembleia Geral não sejam pagos, tendo em vista os compromissos operacionais e financeiros de longo prazo assumidos.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão

Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em 14 de maio de 2015 o prazo de concessão foi prorrogado por mais 15 anos, contados a partir do vencimento do prazo atual, que é de 35 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a CLN apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$8.845 (R\$11.943 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

O METROBARRA tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 23 de novembro de 2012, a Invepar firmou um contrato de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A, pagando em 15 de outubro de 2013 o valor de R\$53.564, registrado como adiantamento para aquisição futura de investimento. Após a transferência efetiva do controle sobre a empresa, será realizado o pagamento do preço variável, que será calculado tendo como base o número de passageiros entrantes nas estações da Linha 4.

A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013, a Invepar cedeu os direitos e deveres do contrato de compra da CRB para o METROBARRA, sua subsidiária integral.

Para concluir a aquisição da CRB, a Invepar assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4.

No dia 28 de março de 2014, foi aprovado pela Invepar um aumento de capital no montante de R\$54.000 na controlada METROBARRA.

Em 05 de novembro de 2015, foram subscritas 41.903.757 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$ R\$ 38.000.

Em 22 de dezembro de 2015, foram integralizadas 4.190.376 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$ 3.800.

Em 31 de dezembro de 2015, o METROBARRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$670.907 (R\$352.902 negativo em 31 de dezembro de 2014). Devido as

debêntures captadas como empréstimo ponte no montante de R\$598.783 terem vencimento em 21 de abril de 2016. A Administração do METROBARRA e a INVEPAR renegociaram com os debenturistas a postergação do vencimento para 21 de maio de 2016. Com o prazo adicional de 30 dias, a Companhia espera concluir as condições precedentes necessárias para a liberação do financiamento de longo prazo que equalizará a estrutura de capital prevista para a Companhia. Caso a liberação do referido financiamento não ocorra nos prazos esperados, o METROBARRA seguirá renegociando o vencimento das debêntures junto aos atuais credores.

o) VIA 040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA 040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção.

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela Invepar a subscrição de 395.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 21 e 24 de fevereiro de 2014 e 6 de março de 2015, foram realizadas integralizações de R\$39.500, R\$275.500 e R\$80.000, respectivamente, estando o Capital Social totalmente integralizado.

Em dezembro de 2015, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a realização do adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$2.500.

Em 31 de dezembro de 2015, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$824.874 (capital circulante líquido positivo de R\$241.390 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

p) PEX Peru

Em 14 de outubro de 2014, através do registro de escritura pública, foi criada a PEX Perú S.A.C. com sede na cidade de Lima (Peru), tendo como subscritoras de seu capital social a INVEPAR com 99,9% e a LAMBRA com 0,1%. Tem objeto social a administração de pagamento automático de pedágio.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

	31/12/2015					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.011.867	792.974	1.624.757	-	(17.356)	3.412.242
Receita de construção	1.799.671	95.749	324.309	-	-	2.219.729
	2.811.538	888.723	1.949.066	-	(17.356)	5.631.971
Custo de serviços prestados	(430.267)	(439.237)	(1.244.362)	-	17.356	(2.096.510)
Custo de construção	(1.792.453)	(95.749)	(315.200)	-	-	(2.203.402)
Lucro bruto	588.818	353.737	389.504	-	-	1.332.059
Despesas gerais e administrativas	(186.633)	(136.315)	(182.407)	(105.920)	-	(611.275)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(675.791)	662.048	(13.743)
Outras receitas operacionais	(74.779)	(16.059)	(4.159)	8	-	(94.989)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	327.406	201.363	202.938	(781.703)	662.048	612.052
Receitas financeiras	72.264	129.556	64.898	89.757	(56.292)	300.183
Despesas financeiras	(339.973)	(272.491)	(1.589.942)	(264.237)	54.570	(2.412.073)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	59.697	58.428	(1.322.106)	(956.183)	660.326	(1.499.838)
Imposto de renda e contribuição social	(147.501)	(17.776)	(50.436)	-	-	(215.713)
Correntes	(117.245)	(19.916)	-	-	-	(137.161)
Diferidos	(30.256)	2.140	(50.436)	-	-	(78.552)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(87.804)	40.652	(1.372.542)	(956.183)	660.326	(1.715.551)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	672.484	-	86.884	759.368
Atribuível aos acionistas controladores	(87.804)	40.652	(700.058)	(956.183)	747.210	(956.183)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(131.117)	(123.985)	(689.872)	(34.337)	-	(979.311)
Provisão para manutenção	(17.845)	-	-	-	-	(17.845)
Adição ao imobilizado	37.302	582.994	4.656	471	-	625.423
Adição ao intangível	2.375.816	105.828	923.141	2.414	-	3.407.199

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	737.215	403.104	325.926	272.095	(559.821)	1.178.519
Ativo não circulante	7.249.667	3.365.244	16.198.881	5.456.136	(4.194.540)	28.075.388
Total do ativo	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.664.094	1.430.762	1.491.281	30.265	(560.198)	5.056.204
Passivo não circulante	2.907.261	902.179	15.274.264	2.226.923	(461.560)	20.849.067
Patrimônio líquido	2.415.527	1.435.407	(240.738)	3.471.043	(3.732.603)	3.348.636
Total do passivo e patrimônio líquido	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

	31/12/2014					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	754.557	702.204	1.576.274	-	-	3.033.035
Receita de construção	1.198.914	117.981	1.381.189	-	-	2.698.084
	1.953.471	820.185	2.957.463	-	-	5.731.119
Custo de serviços prestados	(328.390)	(394.950)	(1.094.835)	-	-	(1.818.175)
Custo de construção	(1.189.558)	(117.981)	(1.342.394)	-	-	(2.649.933)
Lucro bruto	435.523	307.254	520.234	-	-	1.263.011
Despesas gerais e administrativas	(162.785)	(138.433)	(208.587)	(98.748)	5	(608.548)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(120.262)	111.776	(8.486)
Outras receitas operacionais	(27.744)	1.925	2.383	4	-	(23.432)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	244.994	170.746	314.030	(219.006)	111.781	622.545
Receitas financeiras	73.627	47.784	54.303	19.668	(28.207)	167.175
Despesas financeiras	(291.235)	(126.198)	(665.242)	(63.517)	10.872	(1.135.320)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.386	92.332	(296.909)	(262.855)	94.446	(345.600)
Imposto de renda e contribuição social	2.120	(34.044)	(99.500)	-	-	(131.424)
Correntes	(70.008)	(23.229)	-	-	-	(93.237)
Diferidos	72.128	(10.815)	(99.500)	-	-	(38.187)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	29.506	58.288	(396.409)	(262.855)	94.446	(477.024)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	194.187	-	19.982	214.169
Atribuível aos acionistas controladores	29.506	58.288	(202.222)	(262.855)	114.428	(262.855)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(120.752)	(103.918)	(585.499)	(30.643)	-	(840.812)
Provisão para manutenção	(28.001)	-	-	-	-	(28.001)
Adição ao imobilizado	23.119	330.530	10.187	956	-	364.792
Adição ao intangível	1.387.401	131.647	1.800.485	4.420	-	3.323.953

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	499.502	626.401	486.077	121.999	(66.061)	1.667.918
Ativo não circulante	4.957.146	2.881.256	15.999.155	4.315.422	(3.420.944)	24.732.035
Total do ativo	5.456.648	3.507.657	16.485.232	4.437.421	(3.487.005)	26.399.953
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	330.907	949.624	1.424.407	46.189	(65.841)	2.685.286
Passivo não circulante	3.685.497	1.159.194	14.138.110	503.738	(169.000)	19.317.539
Patrimônio líquido	1.440.244	1.398.839	922.715	3.887.494	(3.252.164)	4.397.128
Total do passivo e patrimônio líquido	5.456.648	3.507.657	16.485.232	4.437.421	(3.487.005)	26.399.953

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências *	31/12/2015
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.323	124	-	-	-	1.447
Instalações	13,6	12.821	694	(1)	861	(24)	14.351
Máquinas e equipamentos	9,2	90.721	23.689	(12.108)	956	495.401	598.659
Móveis e utensílios	9,2	39.243	6.161	(988)	707	(24.283)	20.840
Veículos	19,1	19.968	3.070	(1.152)	1.051	21.144	44.081
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.137	3	-	-	-	5.140
Equipamentos de informática	19,6	69.886	14.671	(5.267)	-	(26)	79.264
Peças sobressalentes		10.101	393	-	-	(10.494)	-
Imobilizado em andamento		360.949	571.589	(62.387)	1.418	(524.211)	347.358
Adiantamento a fornecedores		18.125	9	(100)	-	(18.026)	8
Outros		391	28	(1)	-	-	418
		628.665	620.431	(82.004)	4.993	(60.519)	1.111.566
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(203)	(20)	-	-	-	(223)
Instalações		(2.974)	(1.188)	-	-	-	(4.162)
Máquinas e equipamentos		(33.843)	(18.412)	2.014	(403)	11.045	(39.599)
Móveis e utensílios		(11.466)	(4.564)	579	(703)	8.908	(7.246)
Veículos		(7.971)	(2.566)	589	(28)	(3.012)	(12.988)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.116)	(321)	-	-	-	(2.437)
Equipamentos de informática		(39.931)	(9.908)	3.032	(413)	(2.611)	(49.831)
Outros		(498)	(274)	-	-	(1)	(773)
		(99.002)	(37.253)	6.214	(1.547)	14.329	(117.259)
Imobilizado líquido		529.663	583.178	(75.790)	3.446	(46.190)	994.307

* Durante o exercício de 2015, a controlada METRORIO realizou estudos acerca dos bens registrados como ativo imobilizado e concluiu que determinados tipos de bens deveriam ser transferidos para o ativo intangível. Como consequência, foram transferidos os montantes de R\$10.494 referente a peças sobressalentes, R\$27.748 de máquinas e equipamentos e R\$25.316 de móveis e utensílios, bem como suas depreciações acumuladas, para o ativo intangível. A controlada VIA040 realizou levantamento semelhante e transferiu o montante de R\$16.741 referente a veículos de intangível para imobilizado.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências *	31/12/2014
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.008	315	-	-	-	1.323
Instalações	13,6	8.404	1.146	-	264	3.007	12.821
Máquinas e equipamentos	9,2	69.667	20.997	(109)	313	(147)	90.721
Móveis e utensílios	9,2	20.272	12.060	(163)	90	6.984	39.243
Veículos	19,1	13.573	7.813	(1.610)	192	-	19.968
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	4.752	376	-	-	9	5.137
Equipamentos de informática	19,6	57.506	12.367	(448)	257	204	69.886
Peças sobressalentes		12.867	7.169	-	-	(9.935)	10.101
Imobilizado em andamento		71.189	290.095	-	-	(335)	360.949
Adiantamento a fornecedores		6.635	11.277	-	-	213	18.125
Outros		338	61	(8)	-	-	391
		266.211	363.676	(2.338)	1.116	-	628.665
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(181)	(22)	-	-	-	(203)
Instalações		(2.208)	(759)	-	-	(7)	(2.974)
Máquinas e equipamentos		(23.337)	(9.528)	28	(9)	(997)	(33.843)
Móveis e utensílios		(8.043)	(3.533)	111	(1)	-	(11.466)
Veículos		(6.327)	(2.804)	1.200	(40)	-	(7.971)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.644)	(479)	-	-	7	(2.116)
Equipamentos de informática		(32.083)	(9.129)	340	(56)	997	(39.931)
Outros		(245)	(254)	1	-	-	(498)
		(74.068)	(26.508)	1.680	(106)	-	(99.002)
Imobilizado líquido		192.143	337.168	(658)	1.010	-	529.663

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2015, a adição do imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA no montante de R\$563.090. Tais investimentos são referentes: desembolsos referentes ao sinal e ao início da fabricação dos equipamentos dos contratos de sinalização e piloto automático e gastos com engenharia.

O grupo Invepar não possui ativos imobilizados dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Varição Cambial	Transferências *	31/12/2015
Custo						
Software	90.857	27.771	-	-	(277)	118.351
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	358.043	1.645	-	-	5.326	365.014
Direito de concessão - investimento CLN (b)	137.201	1.547	-	-	-	138.748
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.653.379	156.826	(23.409)	-	-	1.786.796
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.631.945	101.680	(15.545)	-	81.584	1.799.664
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	1.440.070	1.138.541	-	427.696	-	3.006.307
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	872.770	-	-	263.776	-	1.136.546
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.692.141	286.446	(103.675)	-	277	3.875.189
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.133.127	625.201	(267.515)	-	-	13.490.813
Direito de concessão - investimento - VIA 040	551.381	598.598	(726)	167	(21.065)	1.128.355
Outros	19.001	41.247	(22)	-	(5.326)	54.900
	25.546.851	2.979.502	(410.892)	691.639	60.519	28.867.619
Amortização						
Software	(20.757)	(13.053)	-	(388)	-	(34.198)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(56.511)	(3.740)	-	-	-	(60.251)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(21.333)	(4.436)	-	-	-	(25.769)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(154.194)	(63.907)	2.159	-	-	(215.942)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(121.832)	(21.133)	-	-	-	(142.965)
Direito de concessão - Ágio - CART	(1.072)	(201)	-	-	-	(1.273)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(301.480)	(58.161)	548	-	(18.653)	(377.746)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(415.648)	(42.981)	-	-	-	(458.629)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(5.594)	(3.869)	-	(2.151)	-	(11.614)
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(41.844)	(28.320)	-	(19.834)	-	(89.998)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(93.576)	(155.480)	-	-	-	(249.056)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(962.316)	(561.054)	35.378	-	-	(1.487.992)
Direito de concessão - investimento - VIA 040	(934)	(12.667)	(42)	-	4.324	(9.319)
Outros	(138)	(2)	-	-	-	(140)
	(2.197.229)	(969.004)	38.043	(22.373)	(14.329)	(3.164.892)
Intangível líquido	23.349.622	2.010.498	(372.849)	669.266	46.190	25.702.727

* Durante o exercício de 2015, a controlada METRORIO realizou estudos acerca dos bens registrados como ativo imobilizado e concluiu que determinados tipos de bens deveriam ser transferidos para o ativo intangível. Como consequência, foram transferidos os montantes de R\$10.494 referente a peças sobressalentes, R\$27.748 de máquinas e equipamentos e R\$25.316 de móveis e utensílios, bem como suas depreciações acumuladas, para o ativo intangível. A controlada VIA040 realizou levantamento semelhante e transferiu o montante de R\$16.741 referente a veículos de intangível para imobilizado.

	31/12/2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências *	31/12/2014
Custo						
Software	52.132	38.917	(192)	-	-	90.857
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	356.122	1.921	-	-	-	358.043
Direito de concessão - investimento CLN (b)	134.131	3.875	(805)	-	-	137.201
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.233.653	419.999	(273)	-	-	1.653.379
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.519.620	128.924	(16.599)	-	-	1.631.945
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	912.336	383.537	-	-	144.197	1.440.070
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	826.376	-	-	46.394	-	872.770
Direito de concessão - investimento GRU (b)	2.478.968	1.213.173	-	-	-	3.692.141
Direito de concessão - outorga GRU (c)	12.571.628	561.499	-	-	-	13.133.127
Direito de concessão - investimento - VIA 040	-	551.381	-	-	-	551.381
Outros	142.471	20.727	-	-	(144.197)	19.001
	22.194.373	3.323.953	(17.869)	46.394	-	25.546.851
Amortização						
Software	(13.614)	(7.232)	89	-	-	(20.757)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(37.806)	(18.705)	-	-	-	(56.511)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(16.284)	(5.049)	-	-	-	(21.333)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(102.047)	(52.207)	60	-	-	(154.194)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(100.699)	(21.133)	-	-	-	(121.832)
Direito de concessão - Ágio - CART	(871)	(201)	-	-	-	(1.072)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(251.075)	(50.405)	-	-	-	(301.480)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(372.667)	(42.981)	-	-	-	(415.648)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	-	(5.594)	-	-	-	(5.594)
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(16.821)	(25.023)	-	-	-	(41.844)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(6.455)	(87.121)	-	-	-	(93.576)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(469.051)	(493.265)	-	-	-	(962.316)
Direito de concessão - investimento - VIA 040	-	(934)	-	-	-	(934)
Outros	(136)	(2)	-	-	-	(138)
	(1.387.526)	(809.852)	149	-	-	(2.197.229)
Intangível líquido	20.806.847	2.514.101	(17.720)	46.394	-	23.349.622

Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das Contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas Contribuições. Como consequência, foi reclassificado o valor de R\$ 364.178 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor do resultado financeiro capitalizado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$237.112 (R\$153.787 em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado, e R\$5.957 referente ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.

- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme orientação OCPC 05, que serão pagas em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Em 13 de julho de 2015 foi pago o total de R\$1.016.299 (R\$933.288 em 11 de julho de 2014).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038). Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível à medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018). O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas

obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo intangível.

O grupo Invepar não possui ativos intangíveis dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	398.881	199.610
Fornecedores internacionais	79.168	123.607
Circulante	478.049	323.217

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2015	31/12/2014
CART	BNDES	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	901.722	-	901.722	919.422
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	11.628	919.776	931.404	851.023
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(3.055)	(47.953)	(51.008)	(53.736)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	10%	(b) e (d)	3.518	3.625	7.143	10.536
CLN	HSBC	Real	abr-16	CDI	1,51%	(d)	2.665	-	2.665	7.942
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4,12%	(b)	-	35.614	35.614	35.614
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(4)	(446)	(450)	(477)
GRU AIRPORT	BNDES	Real	dez-27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	9.896	2.677.074	2.686.970	2.480.448
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	24.593	676.771	701.364	644.724
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(9.734)	-	(9.734)	(9.452)
LAMSAC	Bonds	Novo sol	jun-37	Pré-fixado e VAC**	6,45% e 8,58%	(b) e (c)	-	1.426.925	1.426.925	1.045.988
LAMSAC	BCP e Interbank	Novo sol	mar/16 e jun/22	-	2,97 e 3,31%	(b) e (c)	144.767	7.117	151.884	-
LAMSAC	(-) Custo de captação	Novo sol	jun-37	-	-	-	(2.784)	(45.989)	(48.773)	(38.266)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(b) e (e)	32.227	335.696	367.923	389.987
LAMSA	ITAU	Real	ago-18	USD	3,298%	-	11.931	44.735	56.666	-
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	ago-18	USD	-	-	(230)	(170)	(400)	-
METRÓRIO	BNDES	Real	fev/17 a out/24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	45.811	276.929	322.740	368.784
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	3.230	3.454	6.684	9.891
METRÓRIO	Outros	USD	nov-16	CDI	3%	(a)	3.342	-	3.342	4.548
METRÓRIO	Prótransporte	Real	jun-34	TR	8%	(b) e (d)	8.039	241.160	249.199	246.530
METRÓRIO	Capital de giro	USD	mar-16	-	2%	(a)	147.893	-	147.893	98.410
METRÓRIO	Debêntures	Real	jun-16	CDI	1,45% e 112,1%	(a)	329.438	-	329.438	286.781
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	jun-16	-	-	-	(827)	-	(827)	(1.732)
METROBARRA	Debêntures	Real	mar-16	CDI	2%	(d)	602.537	-	602.537	680.324
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	mar-16	-	-	-	(3.754)	-	(3.754)	(2.565)
INVEPAR	Debêntures	Real	ago-16	CDI	124%	(b)	-	-	-	494.756
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	ago-16	-	-	-	-	-	-	(1.075)
INVEPAR	Debêntures	Real	out-24	IPCA	11,93%	(b)	-	2.096.788	2.096.788	-
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	out-24	-	-	-	-	(8.643)	(8.643)	-
VIA 040	BNDES	Real	mar-16	TJLP	2%	(c)	775.543	-	775.543	518.287
VIA 040	FINAME - BNDES	Real	ago-24	-	6%	-	1.293	9.721	11.014	12.277
VIA 040	(-) Custo de captação	Real	mar-16	-	-	-	(5.774)	-	(5.774)	(8.669)
							3.033.911	8.652.184	11.686.095	8.990.300

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

(**) VAC - Inflação no Peru

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos	2.050.031	4.679.749	6.729.780	5.709.538
Debêntures	983.880	3.972.435	4.956.315	3.280.762
	<u>3.033.911</u>	<u>8.652.184</u>	<u>11.686.095</u>	<u>8.990.300</u>

Empresas	31/12/2014	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Conversão de moeda	Eliminações	31/12/2015
			Principal	Juros *								
INVEPAR	493.681	2.950.000	(1.420.000)	(153.991)	225.990	-	1.075	(8.610)	-	-	-	2.088.145
LAMSA	389.987	50.000	(18.798)	(44.800)	42.272	-	100	(500)	5.928	-	-	424.189
CLN	53.615	-	(8.549)	(2.825)	2.703	-	28	-	-	-	-	44.972
CART	1.716.709	-	(85.806)	(109.181)	133.373	-	2.997	(229)	124.255	-	-	1.782.118
METRÓRIO	1.013.212	-	(60.715)	(62.378)	105.817	1.722	905	-	51.171	-	8.734	1.058.468
METROBARRA	677.759	600.794	(600.000)	(183.240)	33.550	72.073	2.352	(4.505)	-	-	-	598.783
LAMBRA	1.007.722	243.730	(177.785)	(906)	921	134.166	-	-	50.359	271.830	-	1.530.037
GRUPAR	3.115.720	509.321	(314.000)	(306.334)	362.461	11.432	-	-	-	-	-	3.378.600
VIA 040	521.895	205.217	(1.039)	(714)	3.807	48.722	21.657	(18.762)	-	-	-	780.783
Total dívida	8.990.300	4.559.062	(2.686.692)	(864.369)	910.894	268.115	29.114	(32.606)	231.713	271.830	8.734	11.686.095

Empresas	31/12/2013	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Eliminações	31/12/2014
			Principal	Juros *							
INVEPAR	-	470.000	-	(29.780)	54.536	-	-	(1.075)	-	-	493.681
LAMSA	390.146	-	-	(38.961)	38.802	-	-	-	-	-	389.987
CLN	31.650	61.637	(39.571)	(4.125)	3.219	805	-	-	-	-	53.615
CART	1.381.210	330.977	(70.897)	(107.301)	113.519	-	1.931	-	67.270	-	1.716.709
METRÓRIO	1.128.111	411.988	(380.686)	(100.000)	83.567	10.943	-	(589)	15.275	(155.397)	1.013.212
METROBARRA	596.758	-	-	-	-	78.437	2.564	-	-	-	677.759
LAMBRA	940.590	-	-	(39.744)	6.743	44.203	-	-	55.930	-	1.007.722
GRUPAR	1.834.568	1.724.342	(484.955)	(186.145)	170.674	66.690	-	(9.454)	-	-	3.115.720
VIA 040	-	524.026	-	-	251	6.287	-	(8.669)	-	-	521.895
Total dívida	6.303.033	3.522.970	(976.109)	(506.056)	471.311	207.365	4.495	(19.787)	138.475	(155.397)	8.990.300

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	296.085
2018	514.439
2019	469.105
2020	718.038
2021	900.085
2022	1.050.846
2023	1.197.756
2024	1.176.440
2025	466.087
2026	383.424
2027 em diante	<u>1.479.880</u>
	<u>8.652.184</u>

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	$\geq 1,3$ ≤ 2 $\geq 1,5$	Anual Trimestral* Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD PL/AT	$\geq 1,2$ $> 20\%$	Semestral Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF **	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	$\geq 25\%$	Anual

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(**) Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas das controladas LAMSA, METRORIO e da INVEPAR foram atendidas.

Em relação à controlada CART, conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice financeiro é de 19,72%. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado.

Por não haver prazo de cura estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES, assim como ocorre na escritura de debêntures, a controlada CART, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015.

A INVEPAR realizou até 12 de abril de 2016, conforme divulgado em Evento Subsequente (nota 28), aportes de capital no montante de R\$ 51.000, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento.

Com o reestabelecimento do índice e depois de transcorrido o prazo de cura previsto na escritura das debêntures, a controlada CART voltará a registrar no passivo não circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no longo prazo.

Custo de transação

Empresa	Tipo de dívida	Vencimento	Custo de emissão	Custo amortizado	31/12/2015	31/12/2014
					Custo a amortizar	Custo a amortizar
METRÔRIO	Empréstimos	mar/16 a jun/34	3.200	(2.373)	827	1.732
CART	Debêntures	dez/24	59.219	(8.211)	51.008	53.736
VIA 040	Empréstimos	mar/16	29.351	(23.577)	5.774	8.669
INVEPAR	Debêntures	out/24	9.525	(1.075)	8.450	1.075
GRU AIRPORT	Debêntures	dez/25 e out/26	9.734	-	9.734	-

Debêntures

Em 15 de outubro de 2015 foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024.

Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, será utilizada para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2014	Outorga Variável		Outorga Fixa				31/12/2015
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	1.266	-	-	1.044	-	-	(139)	2.171
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.178.361	183.541	(185.177)	103.938	50.016	901.987	(1.016.299)	1.216.367
Outorga CART (c)	386	4.448	(4.419)	-	-	-	-	415
Circulante	1.180.013	187.989	(189.596)	104.982	50.016	901.987	(1.016.438)	1.218.953
Outorga METRÔRIO (a)	42.381	-	-	5.552	-	-	(282)	47.651
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.861.467	-	-	1.113.812	575.185	(901.987)	-	11.648.477
Não Circulante	10.903.848	-	-	1.119.364	575.185	(901.987)	(282)	11.696.128
Total	12.083.861	187.989	(189.596)	1.224.346	625.201	-	(1.016.720)	12.915.081

	31/12/2013	Outorga Variável		Outorga Fixa				31/12/2014
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	6.948	-	-	499	-	-	(6.181)	1.266
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.164.591	185.065	(143.801)	77.940	54.954	772.900	(933.288)	1.178.361
Outorga CART (c)	349	4.088	(4.051)	-	-	-	-	386
Provisão investimento CLN	18.306	-	-	-	-	-	(18.306)	-
Outorga LAMSAC	173.842	-	-	-	6.024	-	(179.866)	-
Circulante	1.364.036	189.153	(147.852)	78.439	60.978	772.900	(1.137.641)	1.180.013
Outorga METRÔRIO (a)	44.944	-	-	260	-	-	(2.823)	42.381
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.733.712	-	-	394.110	506.545	(772.900)	-	10.861.467
Outorga LAMSAC	19.062	-	-	-	-	-	(19.062)	-
Não Circulante	10.797.718	-	-	394.370	506.545	(772.900)	(21.885)	10.903.848
Total	12.161.754	189.153	(147.852)	472.809	567.523	-	(1.159.526)	12.083.861

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R\$2.171 refere-se:

- Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$1.143 (R\$659 em 31 de dezembro de 2014), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

2. O valor de R\$1.028 (R\$607 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R\$47.651 (R\$42.381 em 31 de dezembro de 2014), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R\$50.501 (R\$46.447 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o METRÔRIO recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- (b) Conforme previsto no contrato, a Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária.

A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

- (c) A partir de 1º de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				31/12/2015
	31/12/2014	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	10.113	2.633	(1.069)	2.409	14.086
Cíveis	8.632	2.518	(615)	(146)	10.389
Tributária	183	10	(183)	-	10
Outros	368	1.687	(366)	6	1.695
Total	19.296	6.848	(2.233)	2.269	26.180

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

d) Outros

A controlada GRU AIRPORT foi autuada por autoridades administrativas fiscalizadoras no montante R\$108. A controlada METRORIO reverteu a provisão para riscos cíveis, no montante de R\$316.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	33.734	32.049
Cíveis	64.836	94.638
Tributárias	128.977	114.538
Ambiental	107	107
Total	227.654	241.332

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui como causas tributárias, no montante de R\$128.525: Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R\$68.585, 45.849 refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R\$1.562 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.432 em 31 de dezembro de 2014) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

Depósitos recursais

Em 31 de dezembro de 2015, o METRÔRIO possuía R\$24.116 em depósitos recursais (R\$22.851 em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ (Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$29.023 (R\$30.169 em 31 de dezembro de 2014), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R\$20.171 (R\$19.338 em 31 de dezembro de 2014).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.410.494.

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou prejuízo acumulado.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de pedágio	1.062.170	799.400
Receita com venda de bilhetes	765.306	691.600
Receitas de aeronaves e passageiros	592.392	575.621
Receita com armazenagem e capatazia	325.642	295.779
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	983.092	923.427
Outras receitas	9.703	9.045
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(326.063)</u>	<u>(261.837)</u>
Receita de serviços	3.412.242	3.033.035
Receita de construção	2.219.729	2.698.084
Receita total	<u>5.631.971</u>	<u>5.731.119</u>

Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e encargos	(617.361)	(578.497)
Conservação e manutenção	(284.774)	(220.857)
Comunicação, marketing e publicidade	(19.347)	(18.587)
Seguros e garantias	(18.100)	(16.228)
Serviços de terceiros	(62.731)	(46.483)
Veículos	(14.633)	(9.404)
Consultoria e assessoria	(92.584)	(92.070)
Aluguéis e impostos	(42.482)	(23.091)
Energia elétrica	(145.409)	(87.632)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(16.940)	(30.125)
Provisão de manutenção	(17.525)	(28.000)
Outorga variável	(187.989)	(195.177)
Depreciação e amortização	(979.311)	(840.812)
Custo de construção	(2.203.402)	(2.649.933)
Outros	(303.588)	(263.192)
	(5.006.176)	(5.100.088)
Custo de serviços prestados	(2.096.510)	(1.818.175)
Despesas gerais e administrativas	(611.275)	(608.548)
Outras receitas e despesas	(94.989)	(23.432)
Custo de construção	(2.203.402)	(2.649.933)
	(5.006.176)	(5.100.088)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Juros ativos	2.793	805	19.404	6.314
Juros sobre aplicações financeiras	14.084	8.139	150.891	112.989
Operações de Hedge	1.401	-	51.683	4.412
Juros sobre debêntures	30.333	9.072	30.333	9.072
Variação monetária ativa	1.233	1.535	4.130	7.739
Variações cambiais ativas	217	114	43.372	25.218
Outros	39.696	3	371	1.431
Total receitas financeiras	89.757	19.668	300.184	167.175
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(9.761)	(8.859)	(24.642)	(18.514)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(372.588)	(308.106)
Operações de hedge	-	-	(6.050)	(56)
Variação monetária passiva	(25.350)	-	(165.828)	(93.915)
Variações cambiais passivas	(26)	(26)	(65.885)	(23.463)
Juros sobre debêntures	(225.990)	(54.536)	(538.306)	(214.809)
Ajuste a valor presente	-	-	(539)	(1.109)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(1.217.750)	(472.050)
Outros	(3.110)	(96)	(20.485)	(3.298)
Total despesas financeiras	(264.237)	(63.517)	(2.412.073)	(1.135.320)
Total resultado financeiro	(174.480)	(43.849)	(2.111.889)	(968.145)

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente a 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$1.842.951 dos quais R\$625.201 foram capitalizadas ao intangível e R\$1.217.750 foram registradas como despesa financeira do período.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(318.696)	(637.487)	(956.183)	(87.610)	(175.245)	(262.855)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(2,228)	(2,228)		(0,612)	(0,612)	
	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(318.696)	(637.487)	(956.183)	(87.610)	(175.245)	(262.855)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(428)	(856)	(1.284)	(950)	(1.900)	(2.850)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(319.124)	(638.343)	(957.467)	(88.559)	(177.146)	(265.705)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(2,231)	(2,231)		(0,619)	(0,619)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA aumentou sua participação de 10% para 20% do capital. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização *	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMS A/CLN/LAMBRA/LAMSAC/GRUPA R/GRU AIRPORT/PEX/METROBARRA	D&O	100.000.000	21/09/2015	21/09/2016	XL Seguros
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMS A/CLN	RO	280.000.000	01/08/2015	01/08/2016	BRADESCO
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMS A/CLN	RCG	100.000.000	01/08/2015	01/08/2016	ALLIANZ
INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
INVEPAR	MULTIRISCO	10.000.000	23/01/2015	23/01/2016	TOKIO
METRORIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2014	31/12/2015	TOKIO
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000.000	28/02/2015	28/02/2016	RSA
METRORIO	TRANS.INT.IMP.	US 3.000.000	28/02/2015	28/02/2016	RSA
LAMSAC	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
LAMSAC	G. CONCESSÃO	22.528.387	18/12/2015	18/12/2016	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	52.032.212	16/03/2015	16/03/2016	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	126.026.982	16/03/2015	16/03/2016	AUSTRAL
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	18/11/2015	18/11/2016	ITAÚ
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2015	20/10/2016	ITAÚ
CLN	G. CONCESSÃO	5.011.077	23/02/2015	23/02/2016	AUSTRAL
GRU AIRPORT	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2015	24/05/2016	ALLIANZ
GRU AIRPORT	RO	1.600.000.000	24/05/2015	24/05/2016	TOKIO
GRU AIRPORT	RC AEROP.	1.575.000.000	24/05/2015	24/05/2016	MAPFRE
GRU AIRPORT	G. CONCESSÃO	524.774.670	04/06/2015	04/06/2016	BTG PACTUAL
GRU AIRPORT	RCOBRAS	50.000.000	28/09/2012	30/06/2016	ACE
GRU AIRPORT	RCOBRAS (APL À 2º RISCO DA ACE)	500.000.000	11/04/2013	30/06/2016	ITAÚ
GRU AIRPORT	RE	1.170.000.000	28/09/2012	30/06/2017	ZURICH
VIA 040	G. EXEC.	425.000.000	20/03/2015	20/03/2016	BANCO FATOR
VIA 040	RO	40.000.000	19/03/2015	19/03/2016	TOKIO
VIA 040	RCG	50.000.000	19/03/2015	19/03/2016	TOKIO
CBN	RO	223.690.300	17/08/2015	17/08/2016	XL Seguros
CBN	RCG	30.000.000	17/08/2015	17/08/2016	HDI Gerling
CBN	G. CONC.	51.326.450	18/08/2015	18/08/2016	AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2015	30/09/2016	TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	08/04/2015	08/04/2016	AXA
CRA	G.EXEC.	29.595.762	04/12/2015	04/12/2016	BANCO FATOR
CRA	RCG	30.000.000	29/05/2015	29/05/2016	HDI Gerling
CRA	RO	112.000.000	29/05/2015	29/05/2016	XL Seguros
CRA	D&O	20.000.000	08/06/2015	08/06/2016	AXA
CRT	RO	45.000.000	11/07/2015	11/07/2016	HDI Gerling
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/08/2015	31/08/2016	LIBERTY
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/01/2015	31/08/2016	TOKIO
CRT	RE	15.600.000	22/11/2015	22/11/2016	FATOR
CRT	G.EXEC.	7.000.000	12/08/2015	12/09/2016	FAIRFAX
CRT	RCG	20.000.000	21/10/2015	21/10/2016	XL Seguros
VIARIO	D&O	1.500.000	26/04/2015	26/04/2016	MARITIMA
VIARIO	MULTIRISCO	65.714.035	26/04/2015	26/04/2016	AIG
VIARIO	RCG	51.116.259	26/04/2015	26/04/2016	J.MALUCELLI
VIARIO	G. OBRIG.	20.000.000	14/11/2012	14/11/2016	ZURICH
VIARIO	RCOBRAS	1.703.729.529	14/11/2012	14/11/2017	ZURICH
VIARIO	RE	2.451.640	12/07/2015	12/07/2016	FAIRFAX
VLT	MULTIRISCO	10.000.000	12/07/2015	12/07/2016	CHUBB
VLT	RCG	50.000.000	31/03/2015	31/03/2016	ZURICH
VLT	D&O	50.000.000	10/10/2014	08/11/2016	FAIRFAX
VLT	RE	1.529.800.000	10/10/2014	08/11/2018	ZURICH
VLT	G.EXEC.	194.716.788	22/06/2015	23/06/2016	J.MALUCELLI
METROBARRA	RE	10.000.000	16/10/2013	31/12/2017	ITAÚ
METROBARRA	RCOBRAS	11.000.000	16/10/2013	31/12/2016	ITAÚ
METROBARRA	GARANTIA	45.998.628	25/07/2014	30/11/2016	SWISS RE
LAMSAC	RO	US 20.000.000	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ROUBO	US 90.000	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	AUTO FROTA / CAMINHÕES	VARIOS VALORES	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	AUTO FROTA/SEDE/CAMINHONETAS	VARIOS VALORES	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	RCG	US 1.000.000	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ACIDENTE PESSOAIS	CAPITAIS DIVERSOS	01/01/2015	01/01/2016	RIMAC SEGUROS

(*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	212.804	-	341.489	-
Aplicações financeiras	609.456	-	1.069.602	-
Contas a receber	-	315.906	-	278.125
Parte Relacionada	-	117	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.998	-	16.627	-
Total do ativo	879.258	316.023	1.427.718	278.125
Passivos				
Fornecedores	-	484.687	-	323.217
Parte Relacionada	-	2.895	-	4.653
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	11.686.095	-	8.990.300
Instrumentos financeiros derivativos	5.746	-	2.381	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.153	-	24.119
Obrigações com Poderes Concedentes	-	12.915.081	-	12.083.861
Total do passivo	5.746	25.112.911	2.381	21.426.150

Instrumentos financeiros	Controladora			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	86	-	759	-
Aplicações financeiras	159.813	-	64.417	-
Parte Relacionada	-	275.496	-	14.843
Dividendos e JSCP propostos	-	66.657	-	50.810
Total do ativo	159.899	342.153	65.176	65.653
Passivos				
Fornecedores	-	6.057	-	8.065
Parte relacionada	-	103	-	166
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.088.145	-	493.681
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com poderes concedentes	-	17.391	-	13.002
Total do passivo	-	2.134.538	-	537.756

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos, financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2015, o METROBARRA, a LAMSA e o METRÔRIO possuíam operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

Em aberto

METROBARRA

31/12/2015							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	29/02/2016	935	Euro	3,42	843
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	31/03/2016	935	Euro	3,45	845
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	1.311	Euro	4,23	325
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	918	Euro	4,28	227
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	1.504	Euro	4,33	372
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	874	Euro	4,38	216
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	1.774	Euro	4,44	437
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	450	Euro	4,49	111
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	1.092	Euro	4,54	268
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	635	Euro	4,18	157
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/05/2016	1.800	Euro	4,54	(91)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/06/2016	1.800	Euro	4,61	(92)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	29/04/2016	1.800	Euro	4,49	(88)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	135	Euro	3,87	66
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	14/12/2015	27/01/2016	1.918	Euro	4,37	(52)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	540	Dólar	4,00	73
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	1.082	Dólar	4,08	146
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	2.782	Dólar	3,79	397
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	756	Dólar	4,18	101
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	16/01/2015	29/01/2016	935	Dólar	3,25	849
							<u>5.110</u>
							Ativo circulante 5.433
							Passivo circulante (323)

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	2.893	Euro	3,62	(392)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	2.373	Euro	3,54	(316)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	993	Euro	3,59	(133)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	403	Euro	3,57	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	403	Euro	3,53	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	29/06/2015	249	Euro	3,52	(33)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/04/2015	218	Euro	3,45	(29)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	202	Euro	3,60	(27)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/06/2015	202	Euro	3,50	(26)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	236	Dólar	2,57	48
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	12/05/2015	236	Dólar	2,52	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	30/06/2015	13.933	Dólar	2,56	2.850
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	1.918	Euro	3,63	(129)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.118	Euro	3,61	(72)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	134	Euro	3,62	(9)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	236	Dólar	2,58	58
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	18/08/2015	13.933	Dólar	2,55	3.371
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	406	Dólar	2,44	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	406	Dólar	2,41	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	17/06/2015	609	Dólar	2,50	155
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	756	Dólar	2,47	142
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	9.289	Dólar	2,47	1.747
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	9.289	Dólar	2,49	1.759
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	19/02/2015	879	Euro	3,49	(207)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	09/03/2015	655	Euro	3,51	(153)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/10/2015	336	Euro	3,58	(30)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	03/11/2015	582	Euro	3,60	(51)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/09/2015	540	Dólar	2,57	131
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	12/12/2014	29/05/2015	2.624	Euro	3,46	285
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	11/02/2015	236	Dólar	2,53	33
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	26/01/2015	218	Euro	3,47	(52)
NDF - Contrato de Compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	13/10/2015	2.559	Euro	3,58	(239)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	01/09/2015	265	Dólar	2,57	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	09/11/2015	336	Euro	3,61	(32)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	06/04/2015	406	Dólar	2,45	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	12/01/2015	406	Dólar	2,39	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	18/05/2015	609	Dólar	2,48	156
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	14/11/2014	31/03/2015	9.289	Dólar	2,70	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	18/11/2014	06/01/2015	168	Dólar	2,62	4
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,66	314
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	11/02/2015	11.611	Dólar	2,60	865
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	19/02/2015	206	Dólar	2,62	12
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	29/09/2015	705	Dólar	2,80	32
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	08/06/2015	897	Dólar	2,70	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	27/08/2015	2.782	Dólar	2,77	137
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,78	(194)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/01/2015	4.644	Dólar	2,68	(146)
							10.361
							Ativo circulante 12.742
							Passivo circulante (2.381)

METRÔRIO

31/12/2015

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/04/2016	70	Euro	4,28	13
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/05/2016	381	Euro	4,33	74
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	17/06/2016	740	Euro	4,37	140
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/07/2016	11	Euro	4,42	2
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	267	Euro	4,85	(67)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	21	Euro	4,15	4
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	10	Euro	4,20	2
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	17	Euro	4,25	3
Swap	CITIBANK	-	11/03/2016	85.000	Dólar	n/a	43.205
							43.376
							Ativo circulante 48.799
							Passivo circulante (5.423)

31/12/2014

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	18/02/2015	1.100	Euro	3,14	119
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	479	Euro	3,40	58
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/06/2015	1.050	Euro	3,23	122
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	600	Euro	3,31	73
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/05/2015	1.340	Euro	3,21	155
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	479	Euro	3,26	62
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	839	Euro	3,29	111
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	15/01/2015	300	Euro	3,12	33
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	16/03/2015	240	Euro	3,16	27
SWAP	Citibank	12/03/2014	11/03/2016	85.000	Dólar	2,34	3.125
					Ativo circulante		3.885

LAMSA

31/12/2015

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	2.766
						Ativo circulante	2.766

*Liquidados*METROBARRA

31/12/2015

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	27/11/2015	705	Euro	4,01	(149)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	16/11/2015	236	Euro	4,12	362
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	13/10/2015	2.559	Euro	3,58	1.708
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	09/11/2015	336	Euro	3,61	160
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	25/09/2015	26/10/2015	2.893	Euro	4,50	(567)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.118	Euro	3,61	428
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	27/11/2015	705	Euro	4,22	(325)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	1.918	Euro	3,63	1.274
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/12/2015	71	Euro	3,75	14
							2.905

METRÔRIO

31/12/2015

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	CITIBANK	19/08/2014	15/09/2015	600	Euro	4,37	634
NDF - Contrato de compra de euro futuro	CITIBANK	19/08/2014	15/12/2015	479	Euro	4,29	428
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	23/12/2015	38	Euro	4,36	10
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2015	30/11/2015	1.050	Euro	3,96	(626)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	839	Euro	3,86	482
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	479	Euro	3,44	87
							1.015

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de dezembro de 2015	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.428.538	2.783.135	8.109.000	13.320.673
Fornecedores	467.081	17.606	-	484.687
Concessão de serviço público	2.278.310	2.324.451	24.594.773	29.197.534

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	14,00%	10,50%	7,00%
DI Ativo (% ao ano)	13,88%	10,41%	6,94%
DI Passivo (% ao ano)	13,88%	17,35%	20,82%
TR Ativo (% ao ano)	1,96%	1,47%	0,98%
TR Passivo (% ao ano)	1,96%	2,45%	2,94%
TJLP (% ao ano)	7,25%	9,06%	10,88%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$4,50	R\$3,38	R\$2,25
Taxa Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$4,50	R\$5,63	R\$6,75
Variação câmbio passivo *	R\$0,60	R\$0,74	R\$0,89
IPCA Ativo (% ao ano)	7,69%	5,77%	3,85%
IPCA Passivo (% ao ano)	7,69%	9,61%	11,54%
TFP - Taxa Fixa Peru	2,75%	2,06%	1,38%

Fonte: BACEN, BNDES, BM&F BOVESPA e FGV

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2015, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	Equivalente de caixa	DI	109.812	15.242	11.431	7.621
METRÔRIO	Aplicações Financeiras	DI	97.801	13.575	10.181	6.787
CLN	Aplicações Financeiras	DI	2.551	354	266	177
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	4.160	577	433	289
CART	Equivalente de caixa	DI	13.722	1.905	1.428	952
CART	Aplicações Financeiras	DI	137.720	19.116	14.337	9.558
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	40.093	5.565	4.174	2.782
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	57.455	7.975	5.981	3.987
GRUPAR	Equivalente de caixa	DI	374	52	39	26
LAMSAC	Aplicações Financeiras	TFP	78.032	2.146	1.609	1.073
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	108	15	11	7
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	472	66	49	33
PEX	Equivalente de caixa	DI	2.480	344	258	172
INVEPAR Holding	Aplicações Financeiras	DI	25	3	3	2
VIA 040	Aplicações Financeiras	DI	8.748	1.214	911	607
			553.553	68.148	51.112	34.077
Fundo Mover						
	Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	69.789	9.687	7.265	4.843
	Letras financeiras do tesouro	SELIC	69.077	9.671	7.253	4.835
	Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	5.576	429	322	214
	Debêntures	DI	82.581	11.462	8.597	5.731
			227.023	31.249	23.436	15.624

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	BNDES	TJLP	322.740	23.399	29.248	35.098
METRÔRIO	FINEP	TJLP	6.684	485	606	727
METRÔRIO	Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	844 *	502	628	754
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	249.199	4.884	6.105	7.326
METRÔRIO	Debênture	DI	329.438	45.726	57.157	68.589
METRÔRIO	CITIBANK	DI	147.893	20.528	25.659	30.791
LAMSA	Debênture	TR	367.923	7.211	9.014	10.817
CLN	Financiamento	DI	2.665	370	462	555
CART	BNDES	TJLP e TRB	901.722	65.375	81.719	98.062
CART	Debênture	IPCA	931.404	71.625	89.531	107.437
METROBARRA	Debênture	DI	602.537	83.632	104.540	125.448
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.686.970	194.805	243.507	292.208
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	701.364	53.935	67.419	80.902
VIA 040	Empréstimo	TJLP	775.543	56.227	70.284	84.340
INVEPAR (controladora)	Notas promissórias	DI	2.096.788	291.034	363.793	436.551
			10.123.714	919.738	1.149.672	1.379.607

(*) Em dezembro de 2015, montante em Dólares.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.686.095	8.990.300
Obrigações com poderes concedentes	12.915.081	12.083.861
Caixa e equivalentes de caixa	(212.804)	(341.489)
Aplicações financeiras	(609.456)	(1.069.602)
Dívida líquida	23.778.916	19.663.070
Patrimônio líquido	3.348.636	4.397.128
Patrimônio líquido e dívida líquida	27.127.552	24.060.198

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	169.332	-	169.332	-
Aplicações financeiras	609.456	-	609.456	-
Total	778.788	-	778.788	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	268.324	-	268.324	-
Aplicações financeiras	1.069.602	-	1.069.602	-
Total	1.337.926	-	1.337.926	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	494.866	176.103
Capitalização do resultado financeiro	237.112	153.787
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	625.201	561.499
Reclassificação de PIS e COFINS do intangível para impostos a recuperar	369.107	-

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

O METRÔRIO possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, o METRÔRIO possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

CART

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

- a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.

- c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.
- d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

A Lamsa possui os contratos vigentes que contabilizados na medida em que são prestados os serviços.

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$170	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	04/03/2016
Arjo	Segurança	R\$106	31/03/2012	Indeterminado

A Lamsa não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA 040

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio. A VIA 040, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

METRÔRIO

O METRÔRIO mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários, conforme demonstrado abaixo:

Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa

1. Obrigação de benefício definido	(2.769)	(3.599)
2. Valor justo do ativo do plano	<u>9.092</u>	<u>8.213</u>
3. Situação financeira do plano	6.323	4.164
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	<u>6.323</u>	<u>4.164</u>
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-

Informações patrimoniais

1. Taxa nominal de desconto	12,62%	10,95%
2. Crescimento salarial médio	1,00%	1,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	4,50%
4. Taxa de retorno dos investimentos	12,62%	10,95%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo

Estatísticas dos participantes

1. Ativos, aposentados, pensão por morte, invalidez permanente, Autopatrocinados e benefício proporcional diferido		
a. Quantidade	506	552
b. Folha anual dos salários de participação	19.803	19.364
c. Salário de participação médio mensal	3.601	3.259
d. Idade Média (anos)	45	44
e. Tempo de serviço médio (anos)	15	13

20152014

Mudança no valor presente das obrigações

1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	3.599	3.311
2. Custo do serviço corrente	355	248
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	395	375
4. Contribuições dos empregados	6	6
5. Ganhos / perdas atuárias - experiência	(383)	(487)
6. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses demográficas	(863)	(12)
7. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses financeiras	(340)	158
8. Valor presente das obrigações no exercício atual	2.769	3.599
	<u>2015</u>	<u>2014</u>

Mudança no valor justo dos ativos

1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	8.213	6.941
2. Custo do serviço corrente	927	811
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	(392)	(25)
4. Contribuições dos empregados	337	481
5. Ganhos / perdas atuárias - experiência	7	5
6. Valor presente das obrigações no exercício atual	9.092	8.213

Custo do benefício definido esperado a ser reconhecido no resultado em 2016

221

Em 31 de dezembro de 2015, o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

GRU AIRPORT

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

Abaixo, apresentamos o resumo das principais hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais. As premissas posicionadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para a determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/(receita) para o exercício subsequente.

Premissas Econômicas	Reconciliações de 2014 e Despesas para 2015	Reconciliações de 2015 e Despesas para 2016
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Critério para apuração dos Ativos	Patrimônio contabilizado no mês de dezembro	Patrimônio contabilizado no mês de dezembro
Taxa para Desconto da Obrigação Atuarial	Inflação + 6,2% a.a. = 12,04% a.a.	Inflação + 7,14% a.a. = 13,03% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	Inflação + 6,2% a.a. = 12,04% a.a.	Inflação + 7,14% a.a. = 13,03% a.a.
Crescimento Salarial Médio	Inflação + 2% a.a. = 7,61% a.a.	Inflação + 2% a.a. = 7,61% a.a.
Crescimento do Benefício do INSS	Inflação + 0% a.a. = 5,5% a.a.	Inflação + 0% a.a. = 5,5% a.a.
Reajuste do Benefício do Plano	Inflação + 0% a.a. = 5,5% a.a.	Inflação + 0% a.a. = 5,5% a.a.
Taxa Anual de Inflação a Longo Prazo	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Capacidade Salarial e de Benefícios ⁽¹⁾	98%	98%
Premissas Biométricas	Reconciliações de 2014 e Despesas para 2015	Reconciliações de 2015 e Despesas para 2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas agravada em 50%	Álvaro Vindas agravada em 50%
Outras Premissas	Reconciliações de 2014 e Despesas para 2015	Reconciliações de 2015 e Despesas para 2016
Idade na data de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria
Composição familiar	Para os participantes ativos a probabilidade de estar casado na aposentadoria é de 90%. Considera-se também que o homem será 4 nos mais velho que a mulher Para os participantes assistidos e pensionistas é a família real	Para os participantes ativos a probabilidade de estar casado na aposentadoria é de 90%. Considera-se também que o homem será 4 nos mais velho que a mulher Para os participantes assistidos e pensionistas é a família real

⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2015, o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

25. OUTROS EVENTOS

LAMSA

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro a Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio, nas vias públicas municipais, os condutores de veículos que transitarem no intervalo de duas horas. Veículos comerciais e táxis não se enquadram na nova lei.

26. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme o fato relevante divulgado aos seus acionistas e ao mercado em geral, em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR contratou assessores financeiros e jurídicos com o intuito de analisar oportunidades e alternativas de alienação de participações acionárias, em especial da concessionária Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC").

A LAMSAC é parte do segmento de rodovias e representa um componente da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Companhia e uma área geográfica de operações.

Em fevereiro de 2016, a Administração concluiu que a LAMSAC estava disponível para venda imediata, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse grupo de ativos, sendo sua venda considerada altamente provável. O objetivo dessa venda é ampliar sua capacidade de investimento em infraestrutura no Brasil. A administração espera que a venda possa ser concluída até 31 de dezembro de 2016.

A Administração espera que os valores a serem obtidos com a venda excedam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos e, conseqüentemente, não há previsão de se reconhecer perdas por redução ao valor recuperável na reclassificação da LAMSAC para ativo mantido para venda.

Em razão dos critérios para classificação da LAMSAC como ativo disponível para venda terem sido satisfeitos após a data do balanço, mas antes da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não classificou esse ativo como mantido para venda nas presentes demonstrações financeiras.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

INVEPAR

Em 12 de janeiro de 2016, ocorreu aumento de capital na coligada VLT no montante de R\$11.520.

Em 21 de janeiro de 2016, a Invepar divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial a LAMSAC.

Em 4 de fevereiro de 2016, ocorreu aumento de capital na controlada PEX Peru no valor de R\$3.337 e em 7 de fevereiro de 2016 iniciou-se a operação da controlada.

Em 18 de fevereiro e 8 de março de 2016, ocorreram aumentos de capital na controlada em conjunto VIARIO nos montantes de R\$6.100 e R\$2.475, respectivamente.

VIA040

a) Recebimento de parcelas do empréstimo BNDES PONTE

Em 25 e 27 de Janeiro de 2016, a Companhia recebeu R\$160.479, referentes a liberações oriundas dos empréstimo PONTE contratado junto ao BNDES. Esses valores foram segregados em dois créditos de R\$ 83.085 e R\$ 77.394 respectivamente.

b) Autorização da integralização do AFAC

Em 02 de janeiro de 2016, a INVEPAR autorizou a integralização ao Capital Social da Companhia do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) de R\$2.500 no prazo de 12 meses. A Administração aguarda os preceitos legais para realizar esta integralização ao Capital Social da Companhia.

c) Postergação de vencimento, empréstimo PONTE

O empréstimo ponte com o BNDES que originalmente vencia em 15 de março de 2016 teve sua data de vencimento postergada para 15 de maio de 2016, conforme negociado com BNDES.

d) Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Em 18 de março de 2016, foi deferido o pedido de registro da Companhia na Categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários “B”, a partir de quando passou a ser qualificada como companhia de capital aberto. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente.

METROBARRA

Em 16 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$25.000, mediante subscrição de 27.568.261 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$0,9068399452, todas subscritas pela acionista INVEPAR.

Em 18 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.150, mediante subscrição de 1.379.697 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,83351667, todas subscritas pela acionista INVEPAR.

Em 21 de março de 2016, o METROBARRA celebrou o terceiro aditamento do contrato do instrumento particular de escritura da quarta emissão das debêntures, onde é alterado o vencimento para 21 de abril de 2016 mediante o pagamento dos juros remuneratórios no montante de R\$24.691.

Em 20 de abril de 2016, o METROBARRA celebrou o quarto aditamento do contrato do instrumento particular de escritura da quarta emissão das debêntures, onde é alterado o vencimento para 21 de maio de 2016.

CART

Em 15 de março de 2016, 28 de março de 2016 e 14 de abril de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$35.000, R\$ 5.000 e R\$11.000, respectivamente, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

METRORIO

Em março de 2016, houve a 6ª (sexta) emissão de Debenture pelo HSBC, no montante de R\$210.000, com amortização de R\$30.000 prevista para março/17 e R\$ 180.000 para março/18. Em março de 2016, houve o refinanciamento do empréstimo com o Citibank, no montante de R\$140.000, com amortização de R\$20.000 prevista para março/17 e R\$ 120.000 para março/18.

LAMSA

A concessionária passou a cumprir a Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio desde a sua publicação até a suspensão da mesma através da liminar deferida em 22 de janeiro de 2016 nos autos do mandado de segurança n.º 0010869-58.2016.8.19.0001. A Câmara Municipal interpôs recurso no qual foi dado efeito suspensivo a liminar, voltando a Lei a vigorar em 11 de fevereiro de 2016. Em 01 de março de 2016 foi concedida Tutela Antecipada nos autos da Ação Ordinária sob nº 0060848-86.2016.8.19.0001 interposta pela LAMSA, suspendendo os efeitos da Lei novamente. A Tutela se encontra em vigor até a presente data.

Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. sob o amparo da lei 4131 no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início \$ 3,64 equivalente a R\$ 50.000.

CLN

No dia 18 de abril de 2016, as tarifas de pedágio da Companhia foram reajustadas, conforme Resolução AGERBA nº 07, de 13 de abril de 2016. As tarifas básicas passaram a ser: Dias Úteis = R\$6,00; Feriados e Finais de Semana = R\$9,00.

Em 19 de abril de 2016, a Companhia realizará o pagamento da última parcela de juros e principal do empréstimo do HSBC, desta forma o empréstimo será liquidado.